BTCU

Deliberações dos Colegiados
do TCU e dos Relatores

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 6 | nº 25 | Sexta-feira, 10/02/2023

Editais	1
Secretaria de Apoio à Gestão de Processos	1
Atas	16
Plenário	16

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF
Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente

BRUNO DANTAS

Vice-Presidente

VITAL DO RÊGO FILHO

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
AROLD DO CEDRAZ DE OLIVEIRA
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO
PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União de deliberações dos colegiados do TCU e relatores - v. 1, n. 1, 2018. - Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

1. Controle externo - periódico. 2. Ato normativo - periódico. 3. Controle externo - edital. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

EDITAIS**SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS**

EDITAL 0038/2023-TCU/SEPROC, DE 20 DE JANEIRO DE 2023.

Processo TC 033.155/2020-8 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Institucional - IPDI, CNPJ-03.526.921/0001-80, na pessoa de seu representante legal para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se o montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 20/1/2023: R\$ 436.935,97; em solidariedade com o responsável Geraldo Andrade de Oliveira, CPF-035.142.494-66.

O débito decorre da inexecução parcial do objeto do Convênio 1525/2008 (Siconv 702798) descrito como "Implantar um Projeto de Capacitação em Turismo para os Municípios de Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Sirinhaem, Itapissuma e Tamandaré", com aproveitamento da parcela executada. Normas infringidas: Art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93, do Decreto-lei 200/1967; art. 66, do Decreto 93.872/1986; e cláusulas décima primeira e décima terceira do respectivo termo do Convênio 1525/2008 (Siconv 702798).

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do débito atualizado e acrescido de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 20/1/2023: R\$ 548.863,88; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba "Carta de Serviços" e, em seguida, no link "Emissão de GRU".

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 30 de 10/02/2023, Seção 3, p. 136)

EDITAL 0117/2023-TCU/SEPROC, DE 30 DE JANEIRO DE 2023.

Processo TC 002.078/2018-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO Reginaldo Silva de Oliveira, CPF: 391.250.253-68 do Acórdão 2038/2022-TCU-Plenário, Rel. Ministro Bruno Dantas, Sessão de 14/9/2022, proferido no processo TC 002.078/2018-0, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso de revisão e, no mérito, negou-lhe provimento.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

PAULO EMÍLIO DE MORAES GARCIA

Chefe do Serviço de Comunicação Processual 3 em exercício

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc nº 1/2020)

(Publicado no DOU Edição nº 30 de 10/02/2023, Seção 3, p. 136)

EDITAL 0119/2023-TCU/SEPROC, DE 31 DE JANEIRO DE 2023.

Processo TC 025.522/2021-3 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA Priscila Sampaio de Brito, CPF: 049.782.719-08, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 31/1/2023: R\$ 333.520,62; em solidariedade com a responsável Drogaria RRX Ltda, CNPJ 11.481.618/0001-37.

O débito decorre das irregularidades nas dispensações e/ou na documentação comprobatória de dispensações de medicamentos do Programa Farmácia Popular do Brasil, caracterizadas por: a.1) registro de dispensação de medicamentos sem notas fiscais que comprovem a aquisição; a.2) registro de dispensação de medicamentos em nome de pessoas falecidas; a.3) não apresentação de cópia do cupom fiscal, cupom vinculado e/ou receitas médicas solicitados; a.4) registro de dispensação de medicamentos utilizando-se indevidamente de CPF de terceiros. Dispositivos violados: arts. 21, 22, 23, 39 e 40 da Portaria GM/MS nº 971/2012, vigente de 15/5/2012 a 27/1/2016.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 31/1/2023: R\$ 349.506,84; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 30 de 10/02/2023, Seção 3, p. 136)

EDITAL 0120/2023-TCU/SEPROC, DE 31 DE JANEIRO DE 2023.

Processo TC 025.522/2021-3 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA DROGARIA RRX LTDA, CNPJ: 11.481.618/0001-37, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 31/1/2023: R\$ 409.319,04; em solidariedades parciais com os responsáveis Ananias Rodrigues de Souza Filho, CPF 235.113.389-72 e Priscila Sampaio de Brito, CPF 049.782.719-08.

O débito decorre das irregularidades nas dispensações e/ou na documentação comprobatória de dispensações de medicamentos do Programa Farmácia Popular do Brasil, caracterizadas por: a.1) registro de dispensação de medicamentos sem notas fiscais que comprovem a aquisição; a.2) registro de dispensação de medicamentos em nome de pessoas falecidas; a.3) não apresentação de cópia do cupom fiscal, cupom vinculado e/ou receitas médicas solicitados; a.4) registro de dispensação de medicamentos utilizando-se indevidamente de CPF de terceiros. Dispositivos violados: arts. 21, 22, 23, 39 e 40 da Portaria GM/MS nº 971/2012, vigente de 15/5/2012 a 27/1/2016.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 31/1/2023: R\$ 429.089,40; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 30 de 10/02/2023, Seção 3, p. 137)

EDITAL 0129/2023-TCU/SEPROC, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

TC 033.687/2015-3 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE BLOCOS DE TRIO, CNPJ: 32.884.108/0001-80, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 4545/2022-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues, Sessão de 9/8/2022, proferido no processo TC 033.687/2015-3, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso interposto e, no mérito, negou-lhe provimento.

Dessa forma, fica ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE BLOCOS DE TRIO NOTIFICADA a recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 31/1/2023: R\$ 73.368,56; em solidariedade com os responsáveis Lourival Mendes de Oliveira Neto, CPF: 310.702.215-20 e Sergipe Show Propaganda e Produções Artísticas Ltda, CNPJ: 05.674.085/0001-07. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 47.102,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba "Carta de Serviços" e, em seguida, no link "Emissão de GRU".

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cadidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 30 de 10/02/2023, Seção 3, p. 137)

EDITAL 0137/2023-TCU/SEPROC, DE 1 DE FEVEREIRO DE 2023.

Processo TC 047.484/2020-9 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA SERVIÇO DA SOCIEDADE CIVIL PARA O DESENVOLVIMENTO, CNPJ: 04.950.312/0001-17, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 1/2/2023: R\$ 804.790,12; em solidariedade com o responsável Marcos Swetonne Monteiro da Silva. CPF: 815.988.074-04.

O débito decorre da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados à entidade Sercap (Serviço da Sociedade Civil Para o Desenvolvimento), em face da omissão no dever de prestar contas dos valores transferidos no âmbito do Termo de Parceria 13.0005.00/2005 (registro Siafi 526370), que tinha por objeto apoiar o “I Encontro Estadual de Novas Tecnologias para o Aperfeiçoamento Científico - ENTEC”, no período de 28/9/2005 a 28/2/2006, cujo prazo se encerrou em 29/4/2006, o que caracteriza infração ao : art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93, do Decreto-lei 200/1967; art. 66, do Decreto 93.872/1986; Cláusula Quinta do Termo de Parceria.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 1/2/2023: R\$ 1.387.387,87; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Conseqüentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba “Carta de Serviços” e, em seguida, no link “Emissão de GRU”.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 30 de 10/02/2023, Seção 3, p. 137)

EDITAL 0139/2023-TCU/SEPROC, DE 1 DE FEVEREIRO DE 2023

TC 012.692/2017-4 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO Andreas Lazaros Chryssafidis, CPF: 296.915.078-62, do Acórdão 6322/2021-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Bruno Dantas, Sessão de 20/4/2021, proferido no processo TC 012.692/2017-4, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 1/2/2023: R\$ 203.577,25; em solidariedade com os responsáveis Apostole Lazaros Chryssafidis - CPF: 004.123.298-40; Atila Yurtsever - CPF: 807.550.387-20; Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional - Abetar - CNPJ: 05.086.765/0001-00; CH2 Comunicação Corporativa Ltda - ME - CNPJ: 08.445.761/0001-69 e Mariana de Oliveira Finco - CPF: 008.684.649-37. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba "Carta de Serviços" e, em seguida, no link "Emissão de GRU".

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 30 de 10/02/2023, Seção 3, p. 137)

EDITAL 0148/2023-TCU/SEPROC, DE 1 DE FEVEREIRO DE 2023

TC 034.495/2018-5 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA SWOT SERVICO DE FESTAS E EVENTOS LTDA, CNPJ: 10.359.163/0001-19, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 3757/2022-TCU-Primeira Câmara, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, prolatado na sessão de 12/7/2022, que retificou, por inexatidão material, o Acórdão 3088/2022-TCU-Primeira Câmara, de mesma relatoria, prolatado na sessão de 31/5/2022, por meio do qual o Tribunal de Contas da União julgou irregulares as contas apreciadas, condenando-a a recolher aos cofres da Universidade Federal do Ceará, valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 1/2/2023: R\$ 3.404.061,36; sendo parte em solidariedade com a responsável Joana Darc Cabral Figueiredo, CPF: 204.911.743-49. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 1.500.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 30 de 10/02/2023, Seção 3, p. 138)

EDITAL 0237/2023-TCU/SEPROC, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023

TC 000.100/2020-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA Marcia Maria Rocha Cavalcante, CPF: 376.139.792-53, do Acórdão 4997/2022-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Aroldo Cedraz, Sessão de 6/9/2022, proferido no processo TC 000.100/2020-0, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 7/2/2023: R\$ 203.434,75. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 5.000,00 (art. 58 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

PAULO EMÍLIO DE MORAES GARCIA
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 3 em exercício

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc nº 1/2020)

(Publicado no DOU Edição nº 30 de 10/02/2023, Seção 3, p. 138)

EDITAL 0238/2023-TCU/SEPROC, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023.

Processo TC 040.839/2021-4 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE MARICULTORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FAMASC, CNPJ: 03.430.110/0001-81, na pessoa de seu representante legal para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 7/2/2023: R\$ 305.789,94; em solidariedade com a responsável MARIA DAS GRAÇAS SILVA - CPF: 507.187.039-87.

O débito decorre da: inexecução parcial do objeto, em face da não realização das metas 5, 6, 10 e 1, referente ao Convênio de registro Siafi 509733, e que tem por objeto a “recuperação do desenvolvimento da maricultura no Estado de Santa Catarina”, o que caracteriza infração ao art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93 do Decreto-lei 200/1967; art. 66 do Decreto 93.872/1986; arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964; art. 927 da Lei 10.406/2002; Princípio da Continuidade do Serviço Público; Termo de convênio firmado.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do débito atualizado e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 7/2/2023: R\$ 506.215,80; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; d) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); e) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Conseqüentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba “Carta de Serviços” e, em seguida, no link “Emissão de GRU”.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da irregularidade acima indicada, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

PAULO EMÍLIO DE MORAES GARCIA
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 3 em exercício

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc nº 1/2020)

(Publicado no DOU Edição nº 30 de 10/02/2023, Seção 3, p. 138)

EDITAL 0239/2023-TCU/SEPROC, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023

TC 018.649/2019-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a empresa OSSOS DO OFÍCIO - CONFRARIA DAS ARTES, CNPJ: 05.286.859/0001-22, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 2593/2022-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Antonio Anastasia, Sessão de 17/5/2022, proferido no processo TC 018.649/2019-0, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência, acrescido dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 7/2/2023: R\$ 189.911,99; em solidariedade com a responsável DEBORA CRISTHIANE SOUZA AQUINO DA SILVA - CPF: 552.903.021-15. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 40.000,00 (art. Art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do valor histórico do débito com a respectiva data de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

PAULO EMÍLIO DE MORAES GARCIA
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 3 em exercício

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc nº 1/2020)

(Publicado no DOU Edição nº 30 de 10/02/2023, Seção 3, p. 138)

ATAS**PLENÁRIO**

ATA Nº 3, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Bruno Dantas (Presidente) e Ministro Vital do Rêgo (Vice-Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 14 horas e 33 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (convocado em razão de vacância do cargo de Ministro); e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes os Ministros Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia, com causa justificada, e os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, em férias, e Weder de Oliveira, em licença para tratamento de saúde.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 2, referente à sessão realizada em 25 de janeiro de 2023.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

QUESTÃO DE ORDEM (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Proposta para que unidades desta Corte adotem procedimentos específicos ao tratar de processos abertos e a serem autuados que versem acerca do dever imposto no § 3º do art. 17-B da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992, enquanto perdurarem os efeitos cautelares que suspenderam, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7236 MC/DF, diversos dispositivos do citado normativo. Aprovada. (Questão de Ordem nº 1/2023)

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Registro de pesar pelo falecimento da senhora Ilka Junho Anastasia, mãe do Ministro Antonio Anastasia, ocorrido na última segunda-feira. Os membros do Plenário se associaram à manifestação da Presidência.

Nos termos do art. 4º da Resolução-TCU nº 211/008, a Presidência informou ao Plenário a celebração de 27 instrumentos de cooperação, no período de julho a dezembro do ano passado.

Em cumprimento à medida cautelar proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 1.043 - STF, a Presidência assinou despacho, no último dia 26, declarando a suspensão dos

efeitos da Decisão Normativa-TCU nº 201/2022, que aprovou os coeficientes de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios para o exercício de 2023.

Do Ministro Vital do Rêgo:

Informação sobre o andamento da auditoria já iniciada que tem por objetivo avaliar as causas da vulnerabilidade dos povos indígenas, em especial do povo Yanomami.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-017.293/2022-7, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;
- TC-020.186/2020-7, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
- TC-005.859/2011-5, TC-006.170/2012-9, TC-017.667/2016-0, TC-021.350/2020-5, TC-027.995/2022-4, TC-029.232/2022-8 e TC-029.258/2019-7, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;
- TC-009.407/2021-9, TC-031.447/2022-8 e TC-037.000/2018-7, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
- TC-009.470/2020-4, TC-029.230/2022-5 e TC-575.497/1998-0, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;
- TC-029.148/2022-7, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira;
- TC-009.032/2022-3, TC-013.138/2021-9, TC-019.638/2010-8, TC-020.012/2018-7, TC-021.141/2020-7 e TC-028.859/2022-7, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia;
- TC-007.906/2022-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e
- TC-012.684/2022-8 e TC-023.349/2018-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 118 a 148.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 103 a 117, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base no § 3º do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-014.955/2012-1, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 8 de fevereiro de 2023. O processo está sob pedido de vista formulado em 4 de maio de 2022 pelo Ministro Vital do Rêgo. Já votaram o relator e o revisor (v. Anexo III da Ata nº 44/2022-Plenário).

Por deliberação do Colegiado, com base no § 3 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-017.382/2006-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 12 de abril de 2023. O processo está sob pedido de vista formulado em 1º de junho de 2022 pelo Ministro Bruno Dantas, que ocorreu após a realização das sustentações orais que estavam previstas. Já votou o relator (v. Anexo III da Ata nº 20/2022-Plenário).

Por deliberação do Colegiado, com base no § 13 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-033.359/2020-2, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia, foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 8 de fevereiro de 2023. O processo está sob pedido de vista formulado em 19 de outubro de 2022 pelo Ministro Vital do Rêgo. Já votou o relator (v. Anexo III da Ata 40/2022-Plenário).

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11, 12 e 13 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-017.256/2017-8, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 8 de fevereiro de 2023. O processo está sob pedido de vista formulado em 10 de agosto de 2022 pelo Ministro Antonio Anastasia, que ocorreu após a realização das sustentações orais que estavam previstas. Já votou o relator (v. Anexo III da Ata nº 31/2022-Plenário).

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11 e 12 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-029.296/2019-6, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 8 de fevereiro de 2023. O processo está sob pedido de vista formulado em 26 de outubro de 2022 pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (Ata nº 41/2022-Plenário).

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-028.328/2019-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Hercílio de Azevedo Aquino não compareceu para realizar a sustentação oral que havia requerido em nome de Giodilson Pinheiro Borges. Acórdão nº 111.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 103/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.609/2022-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessada: Companhia de Comunicação e Publicidade Ltda. (CC&P).
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações.
8. Representação legal: Romulo Martins Nagib (OAB/DF 19.015), Edvaldo Costa Barreto Júnior (OAB/DF 29.190), Rafael Schaefer Comparin (Advogado da União), Márcio Chaves de Castro (Procurador Federal), Amanda Helena da Silva (OAB/DF 59.514) e Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de possíveis irregularidades na Concorrência 1/2021, promovida pelo Ministério da Saúde;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. referendar, com fulcro no art. 276, § 1º, do RITCU, a revisão da medida cautelar concedida em 23/6/2022, por meio do despacho à peça 23, referendada pelo Acórdão 1.505/2022-TCU-Plenário, com seus termos parcialmente alterados pelo Acórdão 1.769/2022-TCU-Plenário;

9.2. não conhecer do agravo interposto pela representante à peça 160, por não adimplir os requisitos de admissibilidade;

9.3. restituir o processo à Unidade de Auditoria Especializada em Contratações para continuidade da análise de mérito;

9.4. notificar o Ministério da Saúde e a Companhia de Comunicação e Publicidade Ltda. (CC&P) da presente decisão.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0103-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 104/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.740/2022-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados.

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação encaminhada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, por meio da qual requer informações sobre o acordo de compra, pelo Ministério da Saúde, de vacinas de alto custo do laboratório chinês CanSino, chamada "Convidecia", representada pela empresa Belcher Farmacêutica do Brasil (Requerimento 57/2022, de 31/5/2022, de autoria Deputado Leo de Brito).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 232, inciso III, do RITCU;

9.2. informar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados que, embora a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) tenha chegado a assinar carta de intenções para a aquisição do imunizante Convidecia, não houve prosseguimento da contratação, conforme documentos constantes dos Processos SEI 25.000.079747/2021-54 e 25351.914587/2021-10 do MS, destacando-se especialmente o Ofício 27/2021, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) direcionado ao Ministério da Saúde, informando que recebeu notificação da empresa CanSino Biologics Inc. dando conta de que a empresa Belcher Farmacêutica do Brasil Ltda. não mais possuía autorização para representá-la;

9.3. considerar, nos termos dos arts. 14, inciso IV, e 17, inciso I, da Resolução-TCU 215/2008, integralmente atendida esta Solicitação do Congresso Nacional (SCN); e

9.4. encaminhar à solicitante cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0104-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 105/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.462/2022-1.

1.1. Apensos: 020.620/2022-5; 011.512/2022-9; 021.330/2022-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana).

8. Representação legal: Lucas Nazif Rasul (OAB/DF 59.960), Bruno Rodrigues Pena (OAB/DF 25.984), Alfredo Fernando Zart (OAB/RS 61.846); Julio de Souza Comparini (OAB/SP 297.284).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia relativa a possíveis irregularidades no Regime Diferenciado de Contratação (RDC) Eletrônico 1/2022, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, caput e §1º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. referendar as medidas cautelares concedidas em 21 e 23/12/2022, por meio da decisão às peças 143 e 153; e

9.2. restituir o processo à AudUrbana para continuidade da instrução processual.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0105-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 106/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.775/2020-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Revisão de Ofício (Aposentadoria).

3. Interessado: Pedro Andrade Ribeiro (116.524.705-49).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, na presente fase, de revisão de ofício do registro tácito declarado por meio do Acórdão 1.089/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. rever de ofício o registro tácito declarado pelo Acórdão 1.089/2022-TCU-2ª Câmara, para considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Pedro Andrade Ribeiro (Sisac 20805586-04-2015-000004-3), cancelando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. promova, nos proventos do ex-servidor, o destaque da parcela de quintos incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em “Parcela Compensatória” a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.2. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0106-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 107/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 031.627/2022-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessada: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada por equipe de auditoria, com fulcro no art. 237, inciso V, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), em razão de possíveis irregularidades acerca de perda de vacinas contra Covid-19, por expiração de validade, armazenadas nos estoques dos entes subnacionais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, caput e §1º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

- 9.1. referendar a medida cautelar concedida em 28/12/2022, por meio da decisão à peça 10;
- 9.2. restituir o processo à AudSaúde para adoção das medidas pertinentes.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0107-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 108/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 031.796/2022-2.

1.1. Apenso: TC 000.015/2023-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Agravo (Representação).

3. Interessado: Ministério da Saúde.

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Márcio Chaves de Castro (Procurador Federal CGCEX/CONJUR/MS).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos o agravo interposto pelo Ministério da Saúde em face do despacho à peça 25, por meio do qual foi concedida medida cautelar para que suspendesse a abertura do Pregão Eletrônico 126/2022-SRP;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, caput e §1º e 289, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. referendar a medida cautelar exarada por meio do despacho à peça 25;

9.2. conhecer e negar provimento ao agravo interposto pelo Ministério da Saúde em face do despacho de peça 25;

9.3. restituir os autos à AudSaúde para análise de mérito com a urgência que o caso requer; e

9.4. notificar a agravante e o representante da prolação deste acórdão.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0108-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 109/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 043.761/2021-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Revisão de Ofício (Aposentadoria).

3. Interessados: Antônio Valdir Sousa (061.073.623-04).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, na presente fase, de revisão de ofício do registro tácito declarado por meio do Acórdão 2.184/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 260, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. rever de ofício o registro tácito declarado pelo Acórdão 2.184/2022-TCU-2ª Câmara, para considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Antônio Valdir Sousa (e-Pessoal 37260/2020), cancelando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. promova, nos proventos do ex-servidor, o destaque da parcela de quintos incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em “Parcela Compensatória” a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.2. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0109-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 110/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 046.978/2020-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessada: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

4. Entidades: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.; Banco da Amazônia S.A.; Banco do Brasil S.A.; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Caixa Econômica Federal; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras Estabelecimentos Unificados; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - AC Canabrava do Norte/MT; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Petróleo Brasileiro S.A.; Serviço Federal de Processamento de Dados.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Melissa Monte Stephan (OAB/RJ 118.596), Andre Luiz Viviani de Abreu (OAB/RJ 116.896) e Andre Yokomizo Aceiro (OAB/DF 175.337).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação que trata de possíveis irregularidades ocorridas no então Ministério da Economia e no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao conduzirem orientação por abstenção de votação na 184ª Assembleia Geral Extraordinária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás acerca de proposta de plano de remuneração dos administradores da empresa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, caput e §1º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. referendar a medida cautelar concedida em 22/12/2022, por meio da decisão à peça 41;

9.2. restituir o processo à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0110-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 111/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.328/2019-1

1.1. Apensos: 024.295/2020-5; 024.294/2020-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Giodilson Pinheiro Borges (571.879.162-72) e João da Silva Costa (432.158.902-91)

3.3. Recorrente: Giodilson Pinheiro Borges (571.879.162-72)

4. Órgão: Prefeitura Municipal de Mazagão/AP

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Hercílio de Azevedo Aquino (OAB/DF 33.148).

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto contra o Acórdão 3.576/2020-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.2. quanto ao mérito, dar provimento ao presente recurso para tornar insubsistente o Acórdão 3.576/2020-2ª Câmara;

9.3. julgar regulares as contas do sr. Giodilson Pinheiro Borges, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do RITCU;

9.4. julgar irregulares as contas do sr. João da Silva Costa, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “a”, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, e 214, inciso III, do RITCU;

9.5. aplicar ao sr. João da Silva Costa a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

9.7. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Amapá, ao recorrente, ao sr. João da Silva Costa, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Prefeitura Municipal de Mazagão/AP.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0111-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 112/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.061/2019-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Construtora Pelotense Ltda. (92.190.503/0001-95); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00); STE Serviços Técnicos de Engenharia Sa (88.849.773/0001-98).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (AudRodoviaAviação).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, no âmbito do Fiscobras 2019, autorizada por meio do Acórdão 835/2019-Plenário, no Lote 6 das obras de duplicação da BR-116/RS, no trecho entre Porto Alegre e Pelotas, no período de 25/4/2019 e 23/8/2019.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher, com fundamento no art. 250, inciso V, § 1º c/c § 7º do Regimento Interno do TCU, as manifestações apresentadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e pelas empresas Pelotense Ltda. e STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A.;

9.2. determinar a juntada de cópias do relatório de auditoria (peça 28), da instrução técnica (peça 128), bem como desta deliberação ao TC 003.063/2012-7;

9.3. encaminhar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e às empresas Pelotense Ltda. e Serviços Técnicos de Engenharia S.A. cópia desta deliberação;

9.4. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 250, inciso I, c/c § 1º do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0112-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 113/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.306/2018-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Brumila Empreendimentos e Serviços Eireli (20.526.959/0001-72); Ipiranga Empreendimentos e Locação Ltda (10.713.194/0001-26); Rodrigo Sousa Figueiredo Ferreira (013.531.933-14).

3.2. Responsáveis: Albérico de França Ferreira Filho (023.578.283-15); Carlos Alberto Nascimento Barros (816.096.803-59); Francisca Silvana Alves Malheiros Araujo (332.887.713-49); Izaias Lopes Bezerra (126.246.083-20); Jose Cicero Silva Macario Junior (870.006.013-53); Maria Marta Reis Conceição (550.040.403-20); Mariluze Marreiros Rocha (780.503.083-91); Marta Fernanda Costa Silva (799.881.053-04); Raimundo Nonato Ribeiro de Sousa (001.196.933-48); Rodrigo Sousa Figueiredo Ferreira (013.531.933-14); Sandy Karolinne Cutrim Santos (045.395.963-65); Sidrack Santos Feitosa (450.119.903-20).

3.3. Recorrentes: Albérico de França Ferreira Filho (023.578.283-15); Jose Cicero Silva Macario Junior (870.006.013-53); Maria Marta Reis Conceição (550.040.403-20); Mariluze Marreiros Rocha (780.503.083-91); Rodrigo Sousa Figueiredo Ferreira (013.531.933-14)..

4. Órgãos/Entidades: Município de Barreirinhas - MA; Município de Morros - MA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Victor Guilherme Lopes Fontenelle (17.303/OAB-MA), representando Mariluze Marreiros Rocha; Victor Guilherme Lopes Fontenelle (17303/OAB-MA) e Rodrigo de Barros Bezerra (7.133/OAB-MA), representando Jose Cicero Silva Macario Junior; Victor Guilherme Lopes Fontenelle (17.303/OAB-MA) e Rodrigo de Barros Bezerra (7.133/OAB-MA), representando Maria Marta Reis Conceição; Victor Guilherme Lopes Fontenelle (17.303/OAB-MA), representando Albérico de França Ferreira Filho; Victor Guilherme Lopes Fontenelle (17.303/OAB-MA), representando Rodrigo Sousa Figueiredo Ferreira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Albérico de França Ferreira Filho, José Cicero Silva Macario Junior, Maria Marta Reis Conceição, Mariluze Marreiros Rocha e Rodrigo Sousa Figueiredo Ferreira e contra o Acórdão 885/2022-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), dos recursos interpostos para, no mérito, negar-lhes provimento; e

9.2. dar conhecimento deste acórdão aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0113-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 114/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.550/2016-0.

1.1. Apenso: 031.304/2010-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Centro de Controle Interno do Exército.

3.2. Responsáveis: Fernando Silva Saldanha de Menezes (875.395.277-49); Fundação Marechal Roberto Trompowsky Leitão de Almeida (07.815.873/0001-00); Fundação Bio-Rio (31.165.384/0001-26); José Rosalvo Leitão de Almeida (124.783.420-49); Juan Carlos Ramos Perez (808.855.197-87); Paulo Roberto Dias Morales (318.613.187-15); Sergio Carvalho Fernandes (514.903.316-20); Waldir Sandoval Góes (569.177.757-20); Washington Luiz de Paula (005.627.127-12).

3.3. Recorrente: Waldir Sandoval Góes (569.177.757-20).

4. Órgãos/Entidades: Departamento de Engenharia e Construção do Exército; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Instituto Militar de Engenharia.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Tanara de Fatima Barcellos da Silva (69.337/OAB-RS) e Gean Felinto de Sousa (49500/OAB-DF), representando Paulo Roberto Dias Morales; Guilherme Martins do Nascimento (51.107/OAB-DF), Alexandre Furtado Prieto (47.219/OAB-DF) e outros, representando Juan Carlos Ramos Perez; Gabriel Portella Fagundes Neto (20.084/OAB-DF), Carlos Humberto Fauaze Filho (43.188/OAB-DF) e outros, representando José Rosalvo Leitão de Almeida; Bernardo Villasboas Palermo (148.056/OAB-RJ), representando Fundação Bio-Rio; Guilherme Siqueira Coelho de Paula (48.370/OAB-DF), representando Sergio Carvalho Fernandes; Marcelo Pereira Primo (213086/OAB-RJ), Maria da Penha Menezes Barbosa (44.265/OAB-RJ) e outros, representando Fundação Marechal Roberto Trompowsky Leitão de Almeida; Guilherme Martins do Nascimento (51.107/OAB-DF), representando Waldir Sandoval Góes; Leticia de Almeida Rodrigues (36.029/OAB-DF), Guilherme Martins do Nascimento (51.107/OAB-DF) e outros, representando Fernando Silva Saldanha de Menezes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Waldir Sandoval Góes contra o Acórdão 720/2019-TCU-Plenário, por intermédio do qual o Tribunal julgou irregulares as suas contas, condenou-o solidariamente em débito e aplicou-lhe multa proporcional ao dano.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro nos artigos 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, do presente recurso de revisão para, no mérito, dar-lhe provimento, com vistas a afastar os débitos constantes dos subitens 9.3.4, 9.3.6 e 9.3.9 e a multa constante do subitem 9.4.4 do Acórdão 720/2019-TCU-Plenário, respectivamente, em relação ao Sr. Waldir Sandoval Góes, alterando o julgamento das suas contas para regulares com ressalva, dando-lhe quitação, com fulcro no artigo 16, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.2. comunicar a presente deliberação ao representante legal do recorrente (falecido) e aos interessados.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0114-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 115/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.016/2020-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Revisão de ofício (em Aposentadoria)

3. Interessado: Jurandir Soares Maciel (093.815.461-34)

4. Unidade: Fundação Nacional de Saúde

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

8. Representação legal: Jose das Graças de Souza Furtado Junior (9322/OAB-AM), representando Jurandir Soares Maciel.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de aposentadoria de Jurandir Soares Maciel no cargo de Motorista Oficial da Fundação Nacional de Saúde.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, §§ 1º e 2, e 262, do Regimento Interno, e na Súmula TCU 106, em:

9.1. rever de ofício o Acórdão 2.184/2020-2ª Câmara para considerar ilegal o ato de aposentadoria de Jurandir Soares Maciel, cancelando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução das quantias recebidas de boa-fé pelo interessado até a data de ciência desta decisão pela Fundação Nacional de Saúde;

9.3. determinar à Fundação Nacional de Saúde que:

9.3.1. no prazo de quinze dias, a contar da ciência desta decisão, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena do ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a presente deliberação e o alerte que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão encaminhe a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0115-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 116/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.369/2021-7
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Acompanhamento
3. Responsáveis: não há
4. Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: ex-Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana)
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de relatório de acompanhamento autuado com o objetivo de dar cumprimento à determinação constante do item 9.5 do Acórdão 1213/2021 - Plenário e avaliar atas de registro de preço oriundas de pregões eletrônicos lançados em 2020 pela Codevasf, para a execução de serviços de pavimentação de vias públicas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso IV, da Constituição Federal; 1º, inciso II; e 38, inciso I, da Lei 8.443/1992; 241, inciso I; e 250, incisos II e IV, do Regimento Interno, em:

9.1. determinar à Codevasf que:

9.1.1. nas planilhas orçamentárias de obras contratadas mediante sistema de registro de preços separe o serviço “Distância Média de Transporte - DMT” da composição dos demais serviços, de modo a possibilitar maior controle e transparência em sua medição, inclusive nos contratos já em andamento, por meio da realização de aditivos contratuais;

9.1.2. promova ajustes em todos os contratos em execução decorrentes dos Pregões 85/2020 - Sede e 44/2020 - Sede, a partir da elaboração de projetos executivos condizentes com as reais necessidades locais, de forma a extirpar a previsão de itens superdimensionados, a exemplo da utilização de mistura solo-brita, de sarjetas triangulares e de calçadas armadas;

9.1.3 atente para a necessidade de rigor na fiscalização dos contratos para a execução de obras de pavimentação originados de sistemas de registros de preços, a qual deverá, em qualquer situação, verificar a compatibilidade entre os serviços e materiais utilizados e aqueles contratualmente previstos;

9.2. determinar à Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica que:

9.2.1. autue processo apartado para que sejam identificadas, relativamente ao Pregão 77/2020 - Sede, as situações em que foram emitidas Ordens de Serviço posteriores a 9/7/2021 (data de aprovação do Ato 22/2021-PR) para a pavimentação de vias que já se encontravam previamente pavimentadas com blocos de materiais pétreos e cujos pavimentos anteriores tenham sido removidos e os respectivos responsáveis por tais atos, e autorizar, desde logo, a realização de suas audiências, uma vez que a necessidade de remoção de pavimento existente tornava a via como “não enquadrada”, nos termos do “Checklist de Enquadramento de Vias” constante do Procedimento aprovado pela Codevasf por meio da AR 22/2021-PR;

9.2.2. realize ação de controle preventiva e tempestiva sobre os pregões eletrônicos realizados pela Codevasf (Sede e Superintendências Regionais) voltados à contratação de serviços de pavimentação de vias e contratos deles decorrentes, realizados posteriormente a 25/5/2022, de forma a verificar sua compatibilidade e aderência aos parâmetros aprovados por este Tribunal, sobretudo às determinações efetuadas por meio dos Acórdãos 1.213/2021 - Plenário, 1.170/2022 - Plenário e 2.178/2022 - Plenário;

9.2.3. tão logo existam pregões eletrônicos e contratos deles decorrentes assinados posteriormente a 25/5/2022 (data em que foi prolatado o Acórdão 1.170/2022 - Plenário), em quantidade suficiente para constituir amostra representativa, realize fiscalização voltada à avaliação geral da metodologia de contratação de obras de pavimentação por meio da realização de sistema de registros de preços, coletando

não apenas as situações-problema detectadas, mas também os casos de sucesso, trazendo informações acerca do montante de recursos executados por essa sistemática e da quantidade de vias pavimentadas, do custo comparativo dessas obras relativamente a outras contratadas por sistemática distinta, do percentual de vias em que houve o apontamento de problemas, entre outros indicadores que possibilitem o ajuizamento acerca da conveniência do emprego dessa metodologia;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão à Codevasf, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0116-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 117/2023 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-021.477/2022-1.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao TCU.

4. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - AudAgroAmbiental.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao TCU, com pedido de medida cautelar, acerca de suposto julgamento de recursos de multas ambientais pela então Presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) com entendimento em desacordo com pareceres jurídicos da Procuradoria Federal, no que se refere à prescrição intercorrente de autos de infração ambiental.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Ibama e ao Representante;

9.4. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata nº 3/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/2/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0117-03/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 118/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados esses autos que tratam de acompanhamento das medidas adotadas pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em atenção ao Acórdão 1.950/2020-TCU-Plenário, proferido no processo de representação TC 020.984/2020-0, que versou sobre a contratação de gestores externos aos quadros da Petrobras em dissonância com seu Estatuto Social;

Considerando que o art. 2º, inciso III, da Resolução-TCU 315/2020 define recomendação como “deliberação de natureza colaborativa que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão ou dos programas e ações de governo”;

Considerando que, de acordo com o art. 17, § 2º, da Resolução-TCU 315/2020, as recomendações são monitoradas somente na hipótese de o TCU considerar que o monitoramento se faz necessário;

Considerando que futuros descumprimentos, pela Petrobras, de seu Estatuto Social, no que concerne à ocupação de funções da sua alta administração, podem ser objeto de novas representações oferecidas por qualquer dos legitimados referidos no art. 237 do Regimento Interno/TCU, entre os quais se incluem as unidades técnicas do Tribunal e o Ministério Público junto ao TCU;

Considerando que, conquanto estes autos tenham sido autuados como acompanhamento (art. 241 do Regimento Interno/TCU), o instrumento de fiscalização mais apropriado à verificação do cumprimento de deliberações do TCU é o monitoramento (art. 243 do Regimento Interno/TCU), que é disciplinado pela Portaria-Sececx 27/2009;

Considerando a proposição do AUFC da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural à peça 61, que obteve anuência do titular da unidade instrutiva;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, 143, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno, 9º, I, da Resolução-TCU 315/2020 e itens 32.5.1 e 32.5.5 do documento “Padrões de Monitoramento”, anexo à Portaria-Segecex 27/2009, quanto ao processo a seguir relacionado, em: considerar que foram adotadas medidas consonantes com a ciência constante do subitem 9.2, não foram adotadas medidas suficientes para caracterizar a implementação da recomendação constante do item 9.3.2 e foram implementadas as recomendações constantes dos subitens 9.3.1, 9.3.3 e 9.3.4; dispensar a continuidade do acompanhamento; e determinar o arquivamento destes autos, dando ciência do teor desta deliberação à Petróleo Brasileiro S.A. e ao Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.415/2022-0 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Interessado: Petróleo Brasileiro S.A. (33.000.167/0001-01).

1.2. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Petróleo, Gás Natural e Mineração (AudPetróleo).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Petrobras, nos termos do art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, do não atendimento às diretrizes previstas no item 4.1 da política PL-0SPB-00010, na contratação para o cargo de Gerente Geral de Supervisão Integrada de Planos de Previdência, inserido na Alta Administração, haja vista que não foi precedida de avaliação de integridade para verificar se os indicados se enquadram nas vedações previstas em normativos internos.

ACÓRDÃO Nº 119/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados esses autos autuados em cumprimento à determinação contida no item 9.7.1 do Acórdão 738/2017-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 014.689/2014-6, no qual foi avaliada a

atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Ministério dos Transportes (MT) no processo de aprovação da execução da obra Nova Subida da Serra (NSS), a cargo da concessionária Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (Concer), que redundou na celebração do 12º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão PG-138/95-00, prevendo expressivos aportes de recursos do Governo Federal;

Considerando que o voto condutor do Acórdão 738/2017-TCU-Plenário consignou a impossibilidade de ampliação expressiva dos investimentos previstos em contratos de concessão vigentes, como é o caso da obra da Nova Subida da Serra, bem assim de aporte de recursos orçamentários em concessões simples, como é o caso da concessão da BR-040/MG/RJ, sem comprovação que se trata de solução imprescindível ao atendimento do interesse público;

Considerando que o voto condutor do Acórdão 738/2017-TCU-Plenário registrou que a medida mais adequada diante dessas irregularidades seria a nulidade integral do 12º Termo Aditivo, que previa as duas medidas;

Considerando que, como não fora facultado à ANTT e à Concer a apresentação de razões para defender a preservação do ajuste em relação a essas falhas, o item 9.7.1 do Acórdão 738/2017-TCU-Plenário determinou as suas oitavas;

Considerando que, conforme evidenciado pelo AUFC-instrutor, a ANTT não trouxe contra-argumentos a respeito da impossibilidade de ampliação expressiva de investimentos em contratos de concessão vigentes e a Concer não trouxe dado ou argumento que conseguisse alterar o entendimento exposto no voto;

Considerando que o Contrato de Concessão PG-138/95-00 se encerrou em 28/2/2021 e sua prorrogação foi requerida em ações judiciais, em função de alegados desequilíbrios (não pagamento dos aportes previstos no 12º Termo Aditivo pelo Poder Concedente e efeitos da pandemia do Covid-19);

Considerando que o 12º Termo Aditivo dispõe sobre outros assuntos além da ampliação expressiva dos investimentos e do aporte de recursos orçamentários, a exemplo dos valores das obras da Nova Subida da Serra que serão considerados para a apuração dos supostos desequilíbrios;

Considerando que o TCU já proferiu decisão no sentido de não permitir aporte na obra Nova Subida da Serra, bem como firmou entendimento pela impossibilidade de prorrogação contratual;

Considerando que, nessas circunstâncias, a anulação do 12º Termo Aditivo poderia tornar o deslinde das ações judiciais menos célere, posto que acresceria discussão sobre os efeitos jurídicos da anulação;

Considerando o encaminhamento proposto pelo AUFC-instrutor, que obteve a anuência do corpo diretivo da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, 143, inciso V, alínea “a”, e 169, incisos I e V, do Regimento Interno, em adotar a seguinte medida e ordenar o apensamento do processo seguir relacionado ao TC 014.689/2014-6, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.076/2017-9 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Apensos: 025.928/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Interessados: Agência Nacional de Transportes Terrestres (04.898.488/0001-77); Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio (00.880.446/0001-58).

1.3. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (AudRodoviaAviação).

1.7. Representação legal: Paulo Sergio Bezerra dos Santos, Débora Goelzer Fraga e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Guilherme de Araujo Pinho Costa, Sergio Bermudes (17587/OAB-RJ) e outros, representando Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) de que a ampliação expressiva de investimentos ao longo do contrato de concessão de serviço público e o aporte de recursos orçamentários para custeio de obras atreladas à exploração de serviços públicos são medidas que podem ensejar a desvirtuação do objeto licitado, em afronta ao disposto no art. 175, caput, e do art. 37, XXI, da CF/1988, do art. 14 da Lei 8.987/1995, dos arts. 3º, 41 e 55, XI, da Lei 8.666/1993 e aos princípios que regem a Administração Pública, sobretudo, os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, previstos no art. 37, caput, da CF/1988 e no art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.

ACÓRDÃO Nº 120/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de monitoramento do Acórdão 1978/2013-TCU-Plenário (peça 3), relatado pelo E. Ministro Valmir Campelo, referente às obras de adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto do Galeão/RJ, objeto do TC 007.109/2013-0, sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

Considerando que, mediante instrução à peça 4, foi verificado que a Infraero adotou as medidas contratuais previstas no ajuste 0035-EG/2012/0061, em razão de atraso na entrega de projeto da obra pela empresa Fernandes & Terruggi Consultores Associados Ltda-EPP, bem como transformou o regime de execução da referida avença para empreitada por preço unitário, observadas as condições de economicidade dos valores dos serviços repactuados;

Considerando que a Infraero vinculou o pagamento dos serviços relacionados à “administração local” e à “manutenção do canteiro de obras” à proporção do andamento físico da obra, tal qual julgado no Acórdão 3.103/2010-Plenário;

Considerando, por fim, que a Infraero, intempestivamente, estimou potencial prejuízo que adviria da ausência de exploração comercial do terminal aeroportuário, em razão do atraso na entrega de projeto da obra pela empresa Fernandes & Terruggi Consultores Associados Ltda-EPP, objeto do contrato 0035-EG/2012/0061, o qual padece de inconsistências técnicas que não permitem assegurar que eventual dano não excederia o real valor devido, conforme exige o artigo 210, § 1º, inciso II, do Regimento Interno do TCU, além do que a pretensão ressarcitória e a pretensão punitiva em relação ao eventual dano foram alcançadas pela prescrição quinquenal e pela prescrição intercorrente, nos termos da Resolução-TCU 344/2022;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o arts. 143, inciso III, e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com o parecer do titular da Unidade Técnica, em:

considerar atendidas as determinações contidas nos itens 9.1.1, 9.2, 9.2.1, 9.2.3 e 9.2.4, bem como a recomendação contida no item 9.4 do Acórdão 1978/2013-TCU-Plenário;

considerar parcialmente cumprida a determinação do item 9.1.2 do Acórdão 1978/2013-TCU-Plenário, deixando, porém, de adotar medidas adicionais em vista da ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, conforme Resolução-TCU 344/2022;

encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à Infraero;

arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-025.019/2013-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (AudRodoviaAviação).

1.5. Representação legal: Aline Alonso Arja de Almeida, Weslon Batista Prado e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 121/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, 143, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno, 9º, I, da Resolução TCU 315/2020 e itens 32.5.4, 32.5.2 e 32.5.3 do documento “Padrões de Monitoramento”, anexo à Portaria-Segecex 27/2009, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata do monitoramento das medidas proferidas por meio do Acórdão 2078/2018-TCU-Plenário, em: considerar parcialmente cumprido o subitem 9.1.1, atendido o subitem 9.1.2.2 e em implementação o item 9.2; ordenar a adoção das medidas abaixo; dispensar a continuidade do monitoramento; e determinar o arquivamento destes autos, dando ciência do teor desta deliberação à Universidade Federal do Paraná, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.473/2018-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Universidade Federal do Paraná (75.095.679/0001-49).

1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo No Paraná (00.414.697/0013-51).

1.3. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência à Universidade Federal do Paraná de que os fatos relatados pela equipe de auditoria do TCU no relatório à peça 1 destes autos evidenciam a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de riscos de 1ª Linha (de defesa) da Universidade e, especialmente, de promoção da adequada segregação e rotatividade (rodízio) de funções em atividades administrativas (Acórdãos 747/2013 e 38/2013-TCU-Plenário, art. 11 da IN MP-CGU 1/2016 e arts. 5º e 7º, § 1º da Lei 14.133/2021).

ACÓRDÃO Nº 122/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista estes autos de representação em face de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 28/2022 sob a responsabilidade de Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cujo objeto é a “contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de manutenção, preventiva e corretiva e com o fornecimento de material, nos Data Centers Principal (RJ) e Secundário (SP) do IBGE, recém construídos para atender às normas de segurança e de alta disponibilidade vigentes”,

Considerando os pareceres uniformes produzidos nos autos, de autoria da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (peças 43 e 44);

Considerando que não se constatarem irregularidades nos procedimentos administrativos examinados e que a representante não trouxe aos autos, nem afirmou possuir, os elementos complementares (documentos ou informações disponíveis à época da apresentação de documentos de habilitação) aptos a dirimir quaisquer dúvidas quanto ao teor do atestado de capacidade técnica operacional ou demais elementos apresentados, com objetivo de comprovar que, de fato, prestou serviços compatíveis aos exigidos para habilitação técnica descritos nos itens editalícios que culminaram com a sua inabilitação no certame;

Considerando que os pontos descumpridos pela representante, qual sejam, as quantidades mínimas de execução anterior de encargo semelhante ao objeto licitado mostraram-se bem examinados, não suscitando maiores dúvidas no que se refere ao não atendimento dos quantitativos exigidos no instrumento convocatório, tendo sido oportunizado à licitante, por número de vezes razoavelmente superior ao normal, oportunidade de demonstrar sua capacitação, o que não ocorreu;

Considerado, inclusive, a avaliação de atestado com data extemporânea, a saber, 1º/12/2022, posterior à abertura da licitação, ocorrida em 23/11/2022, com a exaustão de possível comprovação fática da matéria examinada; e

Considerando que não procede a afirmação da representante de não adoção, pela equipe responsável pelo julgamento, de diligência, porquanto os autos aludem evidência de que a pregoeira não economizou esforços para sanear as inconformidades observadas na documentação encaminhada pela licitante, ora representante,

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.585/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Hugo Hagemann (33744/OAB-SC), representando Virtual Infraestrutura e Energia Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 123/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que cuidam de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) em desfavor de Cleodson Aparecido de Sousa, ex- prefeito de Monte Santo do Tocantins - TO (gestão: 2009-2012), diante da reprovação da prestação de contas dos recursos repassados por meio do Convênio Siconv 717.239/2009, cujo objeto consistia na aquisição de equipamentos e material de consumo para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) e na capacitação dos conselheiros de Monte Santo do Tocantins e Rio dos Bois.

Considerando que, por intermédio do Acórdão nº 2275/2016-TCU-Plenário, o Tribunal julgou irregulares as contas do responsável, condenou-o em débito, imputou-lhe multa proporcional ao dano e decretou a sua inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração federal pelo período de 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992;

Considerando que o Acórdão nº 468/2019-TCU-Plenário conheceu do recurso de reconsideração interposto pelo responsável e, no mérito, negou-lhe provimento;

Considerando que, dessa decisão, o responsável interpôs Embargos de Declaração (peça 84);

Considerando que, após a edição da Resolução-TCU 344/2022, na qual o Tribunal regulamentou a prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo em tramitação nesta Corte, este relator encaminhou os autos à Secretaria de Recursos para exame do instituto em face do novo normativo (peça 95);

Considerando os pareceres da Secretaria de Recursos (peças 96/98) e o Parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 99), afirmando a ocorrência da prescrição intercorrente.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer de ofício a ocorrência da prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória quanto ao objeto das presentes contas, tornando insubsistentes os Acórdãos 2.275/2016-TCU-Plenário e 468/2019-TCU-Plenário, e ordenando o arquivamento do feito.

1. Processo TC-000.323/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Cleodson Aparecido de Sousa (015.174.968-02).

- 1.2. Recorrente: Cleodson Aparecido de Sousa (015.174.968-02).
- 1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Monte Santo do Tocantins - TO.
- 1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
- 1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
- 1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
- 1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
- 1.8. Representação legal: Renan Albernaz de Souza (5365/OAB-TO), Peter Rodrigues Fernandes (55526/OAB-DF) e outros, representando Cleodson Aparecido de Sousa.
- 1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 124/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Tomada de Contas Especial que, nesse momento processual, cuidam de exame de admissibilidade de recursos de reconsideração e petições interpostos contra o Acórdão n.º 1.404/2014-TCU-Plenário, por intermédio do qual o Tribunal condenou diversos responsáveis por dano ao erário decorrente do pagamento de cerca de R\$ 3,75 milhões à Mondrian Editora e Comunicação Ltda. a título de aquisição de livros da Coleção Anjos de Branco sem a devida contraprestação por aquela firma, no âmbito de processo de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Federal de Enfermagem.

Considerando os pareceres da Secretaria de Recursos, com exame de admissibilidade nos recursos de reconsideração de Osvaldo Luis Carvalho (peças 704/706) e Joacir da Silva (peças 676/677), com proposta de não conhecimento, por restarem intempestivos em período superior a 180 dias e pela ausência de elementos novos;

Considerando a instrução da Secretaria de Gestão de Processos, com proposta de saneamento dos autos em virtude de inconsistências em diversos atos processuais (peças 738/739);

Considerando a constatação pela Seproc de falhas de variadas ordens constatadas nas comunicações processuais, que permitem concluir que não houve o trânsito em julgado do decisum condenatório em relação aos responsáveis mencionados e tendo em vista que, para corrigir as faltas encontradas e possibilitar a cobrança das dívidas, foram reenviados ofícios de notificação dos acórdãos proferidos nos autos conforme alvitrado na peça 738 (ofícios às peças 743-748);

Considerando que, em relação às peças 568-569, expediente nominado apresentado pelo Sr. Antônio Marcos Freire Gomes, no qual solicita o sobrestamento do processo, em virtude de decisão judicial, a petição foi analisada pela Serur nas peças 668 e 677, com proposta de remessa dos autos ao relator a quo para que este acompanhe o andamento do processo judicial informado e adote as providências cabíveis, bem como avalie os efeitos da antecipação de tutela e se ela foi confirmada no mérito;

Considerando que o expediente nominado apresentado pela Sra. Rosilene Silva Resende (peça 513), no qual argui a nulidade da notificação expedida para comunicar o teor do Acórdão n.º 2.932/2019-TCU-Plenário, por ter sido enviada à pessoa errada, já foi adequadamente tratada pela área técnica do Tribunal com regularização da notificação, cabendo apenas ratificação da medida;

Considerando que a Seproc verificou que houve o falecimento dos responsáveis Agildo Jorge Pereira de Azevedo, Luiz Afonso Rocha, Maria Auxiliadora da Cruz Lima, Maria da Graça Piva e Ney da Costa Silva, e em função dessa ocorrência, propôs submeter os autos ao Exmo. Relator a quo, Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, para que seja revisto, de ofício, o Acórdão n.º 1.404/2014-TCU-Plenário, conforme disposto no § 2.º do art. 3.º da Resolução-TCU n.º 178/2005, a fim de tornar insubsistente, para os responsáveis falecidos, a sanção consignada no subitem 9.6 da deliberação (aplicação de multa), em razão de seu falecimento antes do trânsito em julgado da referida deliberação, tendo em vista o caráter personalíssimo da pena, como reza o inciso XLV do art. 5.º da Constituição Federal e a jurisprudência do TCU (Acórdãos n.º 49/2000 e n.º 34/2001, do Plenário; e Acórdãos n.º 92/1999, n.º 12/2002, n.º 1.910/2004 e n.º 844/2006, da Segunda Câmara);

Considerando que, estando os autos no Gabinete da Procuradoria, foi autuada a peça 765, que trata de pedido de reconsideração interposto por representante legal da Sra. Lígia Maria Melo Gurgel Abelleira e, posteriormente, as peças 771 e 772, recursos de reconsideração interpostos, respectivamente, por Ivanete

Paiva Surrage e Milva de Melo Cavalcante Oliveira, pendente de exame dos requisitos de admissibilidade pela Serur para submissão a este relator;

Considerando o parecer do Ministério Público junto ao TCU, que ratifica as proposições técnicas (peça 769);

Considerando a análise do Ministério Público junto ao TCU demonstrando que não restou caracterizado no caso concreto o decurso do prazo prescricional de cinco anos previsto no art. 1.º, caput, da Lei n.º 9.873/1999, e no art. 2.º da Resolução n.º 344, ou do prazo intercorrente de três anos previsto no art. 1.º, § 1.º, da Lei n.º 9.873/1999, e no art. 8.º da Resolução n.º 344.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

a) não conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelo Sr. Joacir da Silva (peça 660) e pelo Sr. Osvaldo Luís Carvalho (peças 682 e 683), por restarem intempestivos em período superior a 180 dias, nos termos do art. 32, parágrafo único e inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c o art. 285, caput e § 2.º, do Regimento Interno/TCU;

b) receber a peça 513 da Sra. Rosilene Silva Resende como mera petição, acolher a arguição de nulidade do Ofício n.º 3.394/2019-TCU/Selog e cientificar a requerente;

c) tornar insubsistentes, de ofício, as multas do item 9.6 do Acórdão n.º 1.404/2014-TCU-Plenário aplicadas aos Srs. Agildo Jorge Pereira de Azevedo, Luiz Afonso Rocha, Maria Auxiliadora da Cruz Lima, Maria da Graça Piva e Ney da Costa Silva, em razão do falecimento desses responsáveis antes do trânsito em julgado da referida deliberação, tendo em vista o caráter personalíssimo da pena;

d) encaminhar os autos à Serur para adoção de providências em relação aos recursos de peças 765, 771 e 772;

e) encerrada a fase recursal, remeter o processo ao gabinete do relator a quo, Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, para as providências que entender cabíveis quanto aos pedidos formulados pelo responsável Antônio Marcos Freire Gomes na petição de peças 568-569.

1. Processo TC-019.164/2011-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: 025.321/2015-3 (SOLICITAÇÃO); 011.074/2018-3 (SOLICITAÇÃO); 033.534/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 002.060/2019-1 (SOLICITAÇÃO); 008.362/2018-1 (SOLICITAÇÃO); 018.116/2014-0 (SOLICITAÇÃO); 005.689/2017-1 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Responsáveis: Agildo Jorge Pereira de Azevedo (253.351.207-97); Antonio Marcos Freire Gomes (411.580.402-53); Carmem de Almeida da Silva (644.117.708-06); Eduardo Pereira de Carvalho (738.788.557-53); Elizano Santos de Assis (149.438.675-53); Ivanete Paiva Surrage (135.912.312-15); Joacir da Silva (251.983.949-04); Luiz Afonso Rocha (924.752.308-78); Lígia Maria Melo Gurgel Abelleira (272.764.223-72); Maria Auxiliadora da Cruz Lima (076.007.802-59); Maria da Graça Piva (168.779.000-06); Milva de Melo Cavalcante Oliveira (134.201.271-20); Mondrian Editora e Comunicação Ltda (01.715.405/0001-79); Ney da Costa Silva (331.087.307-20); Osvaldo Luis Carvalho (257.838.822-91); Sylvia Hinterholz (191.162.840-20); Sérgio Luiz Soares de Oliveira (738.609.997-53).

1.3. Recorrentes: Osvaldo Luis Carvalho (257.838.822-91) e Joacir da Silva (251.983.949-04).

1.4. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Enfermagem.

1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog); Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).

1.9. Representação legal: Julio Cesar do Monte (82200/OAB-RJ), Érica Lima de Paiva Muglia (13.775/OAB-DF) e outros, representando Osvaldo Luis Carvalho; Katia Vieira do Vale (11737/OAB-DF), representando Milva de Melo Cavalcante Oliveira; Marcio Marcal Fernandes de Souza (103.625/OAB-RJ), representando Ricardo Ohlweiler Sávio; Nedy de Vargas Marques (9595/OAB-RS) e Irapuan Indio da Costa (24887/OAB-RS), representando Sylvia Hinterholz; Felipe Melo Abelleira (13422/OAB-CE), representando Lígia Maria Melo Gurgel Abelleira; Antonio Cesar Cavalcanti Junior (2268/OAB-RN), representando Eduardo Pereira de Carvalho; Silvio Ricardo Teles Carvalho (21.199/OAB-SC),

representando Joacir da Silva; Katia Vieira do Vale (11737/OAB-DF), Kaleen Sousa Leite (7751/OAB-AM) e outros, representando Ivanete Paiva Surrage; Paula Concutelli (13.163/OAB-MA), representando Rosilene Silva Resende; Luiz Gustavo Barreira Muglia (20.412/OAB-DF), Jose Leandro Teixeira Borba (30799/OAB-DF) e outros, representando Conselho Federal de Enfermagem; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF), Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (51.623/OAB-DF) e outros, representando Antonio Marcos Freire Gomes.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 125/2023 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei nº 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando, dessa maneira, que o presente recurso não está fundado em nenhuma das hipóteses descritas no dispositivo supracitado;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU pugnando pelo não-conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso de revisão por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade e dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor desta decisão.

1. Processo TC-033.184/2017-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: 039.836/2019-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Antonio Raifson Fonseca (236.280.572-72); Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia (06.339.616/0001-78).

1.3. Recorrentes: Antonio Raifson Fonseca (236.280.572-72); Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia (06.339.616/0001-78).

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.8. Representação legal: Márcio Murilo Cavalcante de Lima (11700/OAB-PA), representando Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia; Márcio Murilo Cavalcante de Lima (11700/OAB-PA), representando Antonio Raifson Fonseca.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 126/2023 - TCU - Plenário

Tratam os autos de processo de Acompanhamento referente à Acordo de Leniência em fase de negociação entre a Controladoria-Geral da União (CGU)/Advocacia-Geral da União (AGU) e a empresa proponente do acordo (peças 3 a 5) (“Caso 59” da CGU), ora regulado pelo Acordo de Cooperação Técnica, de 6/8/2020 (ACT/2020), firmado entre a CGU, a AGU, o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a finalidade de definir diretrizes e ações em matéria de combate à corrupção, especialmente em relação aos acordos de leniência previstos na Lei 12.846/2013.

Considerando que CGU encaminhou em 5/10/2022 (peça 3), por meio do OFÍCIO Nº 14444/2022/SCC/CGU (peça 4, com anexo na peça 5), informações em cumprimento à Segunda Ação Operacional do ACT/2020, que prevê, no momento em que a CGU e a AGU concluem que o acordo está em condições de ser assinado, manifestação do TCU, no prazo de 90 dias, acerca da possibilidade de não

instaurar ou extinguir procedimentos administrativos de sua competência para cobrança de dano em face de colaboradora, por considerar que os valores negociados atendem aos critérios de quitação de ressarcimento do dano;

Considerando que a CGU ressaltou a ausência de recursos orçamentários e de contratos administrativos envolvidos no caso (peça 4, p. 1);

Considerando que, segundo a CGU (peça 5), foram as seguintes as situações nas quais foram cometidos os ilícitos, conforme informações obtidas da empresa proponente do acordo e de “investigações realizadas pelo Ministério Público Federal”:

a) “Autuação fiscal de auditores da Receita Federal”: pagamento de propinas a Auditor da Receita Federal em março/2014 em um total de R\$ 2,5 milhões, por intermédio de escritório de advocacia, por conta de questão ligada à tributação dos valores repassados pela empresa proponente do acordo de leniência às operadoras de planos de saúde contratadas; e

b) “Doações de Campanha Eleitoral”: pagamentos a três parlamentares federais de um total de R\$ 13,2 milhões em 2014 como propinas travestidas de doações eleitorais, a fim de garantir que a legislação tributária atinente à situação da alínea “a”, acima, fosse favorável à empresa proponente, o que teria resultado na aprovação da Lei 12.995/2014.

Considerando que a CGU concluiu pelo enquadramento dos valores pagos como propina e pela ausência de identificação de dano ao Erário em ambas as situações de ilicitude acima descritas (peça 5, p. 2);

Considerando que foram endereçados no acordo a ser celebrado a quantia, em julho/2022, de R\$ 40,4 milhões a ser paga pela empresa proponente (R\$ 25,3 milhões como vantagem indevida, sendo as propinas pagas usadas como parâmetro de cálculo; mais R\$ 15,1 milhões como multa do art. 5º, inciso I, da Lei 12.846/2013) (peça 5, p.2);

Considerando que a manifestação prévia do TCU à celebração do acordo (favorável ou não), prevista na Segunda Ação Operacional do ACT/2020, está prejudicada, em virtude da ausência de fatos cuja apreciação seja de competência do TCU, segundo as informações prestadas pela CGU (itens 2 a 2.4 da instrução de peça 8);

Considerando a conclusão da SecexAdministração/Serviço de Acompanhamento de Acordos de Leniência - SAAL (peça 8) no sentido de que a manifestação prévia do TCU à celebração do acordo (favorável ou não), prevista na Segunda Ação Operacional do ACT/2020, está prejudicada, em virtude da ausência de fatos cuja apreciação seja de competência do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea “a”, 169, inciso V, alínea “a”, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 8 e 9), em:

a) declarar a impossibilidade no caso da manifestação do TCU prevista na Segunda Ação Operacional do ACT/2020;

b) classificar a presente deliberação com o grau de sigilo “reservado”, nos termos do art. 23, inciso VIII, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), c/c o art. 4º, parágrafo único, art. 8º, § 3º, inciso III, art. 9º, inciso VIII, e § 5º, inciso I, da Resolução-TCU 294, de 2018, bem como o art. 16, § 6º, da Lei 12.846/2013, com acesso somente aos servidores que irão desenvolver atividades relacionadas aos autos; e

c) arquivar o presente processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do RI/TCU, após ciência da deliberação à CGU.

1. Processo TC-029.221/2022-6 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: João Antonio Sucena Fonseca (35.302/OAB-DF) e outros, representando empresa proponente do acordo de leniência.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 127/2023 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de denúncia, com pedido de adoção de medida cautelar, a respeito de possível irregularidade no Ofício-Circular 2473/2022/CGREG-Senatran/DRF-Senatran, de 28/12/2022, da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran, órgão máximo executivo do Sistema Nacional de Trânsito, e antigo Departamento Nacional de Trânsito, Denatran), o qual estaria embasando exigências, supostamente irregulares, por parte de Departamentos de Trânsito (Detrans, órgãos estaduais e o do DF), de que as empresas cumprissem requisitos de sistemas de tais órgãos, em afronta à Resolução Contran 969, de 20/6/2022, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Considerando que a matéria dos presentes autos é a mesma tratada na denúncia constante do TC 000.196/2023-1, ou seja, ambos os processos possuem exatamente as mesmas alegações e elementos, mesmo pedido e mesma causa de pedir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, inciso XXIV, na forma do art. 143, inciso V, alínea “a”, ambos do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), e de acordo com o parecer emitido nos autos da unidade técnica Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (peças 28 e 29), ACORDAM, por unanimidade, em determinar o apensamento dos presentes autos ao TC 000.196/2023-1, para tramitação conjunta, nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, e levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014, e daquelas de origem externa em que foi solicitado o sigilo.

1. Processo TC-000.197/2023-8 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Infraestrutura.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (AudRodoviaAviação).

1.7. Representação legal: Marcio Alexandre Dias da Silva (119076/OAB-RJ).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 128/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de monitoramento de determinação exarada à Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) por meio do subitem 9.1 do Acórdão 2.149/2016-TCU-Plenário no âmbito do TC 026.400/2015-4, que cuidou de auditoria no projeto básico que subsidiou a contratação das obras de construção de infraestrutura e instalações de missão crítica do Centro de Operações Espaciais - Principal de Brasília (COPE-P), situado na SHIS, QI 05, Área Especial 12, Bairro Lago Sul em Brasília-DF, em terreno da Organização Militar do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), para atender ao projeto do Satélite Brasileiro Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

Considerando que o subitem 9.4 do Acórdão 2.149/2016-TCU-Plenário manteve o sigilo que recai sobre o TC 026.400/2015-4, em face de razões de segurança nacional, uma vez que aborda questões afetas a projeto de desenvolvimento de tecnologia de área de interesse estratégico;

Considerando os esclarecimentos de que não houve alteração do arquivo analisado pela equipe de auditoria, sendo reapresentada a planilha que totaliza R\$ 145.119.501,55;

Considerando que a unidade técnica verificou que a contratação ocorreu por valor 10,66% menor do que o valor estimado no projeto básico;

Considerando os esclarecimentos de que os preços unitários das planilhas que estavam defasados em mais de um ano foram corrigidos para o valor de outubro de 2016 pela variação do índice INCC-DI;

Considerando que, para se obter o preço médio de alguns itens, houve a necessidade de agrupar os custos das composições de forma que se tivesse a comparação de preço médio unitário em relação ao preço unitário do item equivalente da planilha orçamentária do projeto;

Considerando que onze, dos vinte itens mais relevantes da curva ABC, deixaram de ter seus preços comparados aos de outras fontes: 18.3.17, 22.1.1, 24.1.1, 20.8.1, 17.20.1, 22.2.1, 6.3.1, 21.1.1, 12.1.3, 6.3.6 e 3.1.21 (3º ao 8º, 10º, 12º, 13º, 18º e 20º);

Considerando que alguns itens não puderam ser encontrados por serem referentes a sistemas tecnológicos compostos por equipamentos, acessórios e softwares elaborados especificamente para a obra da Telebrás, com necessidade de segurança nacional;

Considerando que, conforme a Telebrás ressaltou em Nota Técnica, o edital se referiu à manutenção de um sistema já implantado, enquanto o preço proposto no projeto da Telebrás se referiu a um sistema a ser implementado, sendo inviável a comparação direta;

Considerando a informação prestada pela Telebras de que, em atendimento ao subitem 9.1.3 do Acórdão 2.149/2016-TCU-Plenário, efetuou a revisão dos quantitativos da planilha orçamentária com a participação da equipe de orçamento da CCISE/CISCEA do Ministério da Defesa, também membros da Comissão de Fiscalização do contrato;

Considerando que os acréscimos realizados nos aditivos são de pequeno vulto em relação ao valor total do contrato e que a motivação para determinação teve por base o risco de existirem acréscimos quantitativos decorrentes da falta dessa revisão;

Considerando que os aditivos se originaram por readequações diversas e habituais de ordem técnica, de pequena monta e sem vínculo expressivo com falhas no orçamento;

Considerando que a Telebrás informou que o Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P) teve sua obra finalizada em 31/3/2020, tendo sua conclusão formalizada por meio do Termo de Aceitação Definitiva (TLB-TRM-2020/01500) emitido para o consórcio contratado em 1/4/2020;

Considerando que a Telebrás concluiu que a pesquisa foi realizada com sucesso indicando que os preços apresentados na planilha orçamentária das obras estão de acordo com o mercado e outras obras do setor público; e

Considerando, finalmente, o parecer da unidade técnica (peça 41);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.1.4 e 9.1.5 do Acórdão 2.149/2016-TCU-Plenário;

b) considerar não mais aplicáveis as determinações constantes dos subitens 9.1.1 e 9.1.3 do Acórdão 2.149/2016-TCU-Plenário;

c) considerar parcialmente cumprida a determinação do subitem 9.1.2 do Acórdão 2.149/2016-TCU-Plenário;

d) reiterar a determinação do subitem 9.1.2 do Acórdão 2.149/2016-TCU-P, fixando o prazo de 15 dias para que a Telebrás complemente as informações para comprovação do completo cumprimento, atentando-se para a apresentação da justificativa para ausência da comparação de preços dos itens 6.3.1 e 6.3.6 da planilha orçamentária;

e) manter o sigilo das informações relacionadas à contratação das obras de construção de infraestrutura e instalações de missão crítica do Centro de Operações Espaciais - Principal de Brasília (COPE-P), a fim de atender ao determinado pelo subitem 9.4 do mencionado acórdão, considerando razões de segurança nacional, em face de abordar questões afetas a projeto de desenvolvimento de tecnologia de área de interesse estratégico, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução (peça 42) à Telecomunicações Brasileiras S.A.

1. Processo TC-019.946/2020-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.A.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

- 1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
- 1.5. Representação legal: não há.
- 1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 129/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar até o dia 30/6/2023, equivalente a prorrogação por 158 dias, o prazo solicitado pelo Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, para atendimento da determinação exarada no item 9.1 do Acórdão Nº 693/2022-TCU-Plenário, de acordo com a proposta da Unidade Técnica.

1. Processo TC-031.703/2022-4 (MONITORAMENTO)

- 1.1. Órgão/Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos; Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.
- 1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
- 1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernança).
- 1.5. Representação legal: não há.
- 1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 130/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de análise do cumprimento de deliberações proferidas no Acórdão 861/2020-TCU-Plenário, oriundas de Auditoria (Fiscalis 143/2018) autorizada pelo Acórdão 843/2018-TCU-Plenário e realizada na empresa Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), cujo objeto da fiscalização contemplou a implantação do segundo banco de Autotransformadores (ATRs) monofásicos 230/138 kV da Subestação Teixeira de Freitas II, localizada no município de Teixeira de Freitas/BA.

Considerando que, conforme análise da seção “Exame Técnico” do relatório da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (peças 184 a 186), foram atendidos todos os itens do Acórdão TCU-Plenário 861/2020;

Considerando a necessidade de verificar se as providências em curso pela Chesf para recebimento da multa contratual e do valor relativo aos prejuízos decorrentes da escavação mecanizada dos tubulões foram devidamente concluídas, bem como de acompanhar o processo judicial para avaliar o mérito da questão envolvendo as compensações pelo prejuízo ante o atraso para energização dos equipamentos da SE Teixeira de Freitas II;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em considerar atendidos todos os itens do Acórdão TCU-Plenário 861/2020, sem prejuízo das determinações descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-021.499/2018-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

- 1.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).
- 1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.
- 1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
- 1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).
- 1.6. Representação legal: Alexandre Gonçalves Filho, representando Agência Nacional de Energia Elétrica; Fernando Rosendo de Araujo Filho e Claudio Murta Savluchinske, representando Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no art. 7º, § 3º, inciso VI, da Resolução-TCU 315/2020, à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, acostando a documentação que alicerça os dados apresentados, que, em um prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1.1. informe qual foi o desfecho da apreciação do recurso do processo administrativo de reparação de prejuízos causados pela empresa Real Energy Ltda. (contrato CTNI-92.2015.1170.00), decorrentes da escavação mecanizada dos tubulões das bases das estruturas pré-moldadas, em oposição do previsto contratualmente, encaminhando, em especial a decisão definitiva do recurso e inclusive, o comprovante de pagamento, caso o débito já tenha sido quitado;

1.7.1.2. mantenha atualizado o Tribunal de Contas da União a respeito do pagamento da multa moratória contratual aplicada à empresa Real Energy Ltda., devido ao atraso da energização do Transformador TR-2 e equipamentos relacionados da SE Teixeira de Freitas II (contrato CTNI-92.2015.1170.00), encaminhando, em especial se já foram pagas todas as parcelas, ou se alguma se encontra em mora, e todas as comprovações de pagamento já realizadas até o momento;

1.7.2. Determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no art. 7º, § 3º, inciso VI, da Resolução-TCU 315/2020, à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco que, em um prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento da ação 0112287-34.2021.8.17.2001, de Indenização de Ressarcimento por Lucros Cessantes-Receita Anual Permitida, em face da empresa Real Energy Ltda., no Tribunal de Justiça de Pernambuco, 6ª Vara Cível, seção "A"; informe ao TCU o resultado de mérito desta demanda judicial, encaminhando toda a documentação probatória pertinente, em especial as sentenças e/ou Acórdãos, no prazo de 15 dias após a decisão de mérito da contenda;

1.7.3. Encaminhar cópia desta deliberação à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, acompanhada do relatório da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (peça 184);

1.7.4. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica que instaure o devido processo de monitoramento;

1.7.5. Arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 131/2023 - TCU - Plenário

Vistos e relacionados estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico SRP 19/2022 sob a responsabilidade de 1º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE, com valor estimado de R\$ 5.882.088,82, cujo objeto é a aquisição de insumos de sinalização de segurança.

Considerando a conclusão da unidade técnica no sentido de que, quanto aos indícios de irregularidades, os elementos constantes dos autos permitem a avaliação quanto ao mérito da presente representação como procedente.

Considerando a proposição da Selog no sentido da revogação da medida cautelar em vigor, com a realização de determinações e ciência, nos termos constantes da instrução técnica.

Considerando a conclusão de que, com o encaminhamento proposto não haverá impacto relevante na Unidade Jurisdicionada e/ou na sociedade uma vez que foram efetuadas contratações reputadas urgentes pela Administração, anteriores à suspensão cautelar do certame.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente, revogar a medida cautelar adotada e arquivar os autos, após a adoção das medidas constantes do subitem 1.7 deste Acórdão.

1. Processo TC-009.825/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Centro de Controle Interno do Exército; D'colar Etiquetas Adesivas Ltda (67.680.223/0001-18); Fortclean Comercio de Equipamentos Ltda (36.327.075/0001-29); Meta Comercio

de Ferragens e Ferramentas Eireli (27.518.373/0001-05); Rizon Industria de Maquinas Ltda (73.932.832/0001-10); Silk Brindes Comunicacao Visual, Comercio, Servicos e Telecomunicacoes Ltda (19.814.481/0001-05); Tinpavi Industria e Comercio de Tintas Eireli (17.592.525/0001-66); World Center Comércio Importação e Exportação Ltda (00.211.131/0001-18).

1.2. Órgão/Entidade: 1º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Rogerio Leonetti (158423/OAB-SP) e Mirela Ensinas Leonetti (166.087/OAB-SP), representando World Center Comércio Importação e Exportação Ltda; Simone Campos, representando Simone Campos & Campos Equipamentos de Segurança Eireli.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao 1º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE, com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de 30 dias, adote providências quanto aos itens abaixo, relativos ao Pregão SRP 19/2022, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:

1.7.1.1. proceda a anulação da homologação, com o consequente retorno à fase de aceitação/habilitação de propostas dos itens 11, 12, 14, 15, 16, e 19, tendo em vista a ocorrência da desclassificação de propostas por suposta inexecuibilidade, sem terem sido promovidas as necessárias diligências, de forma a permitir que as licitantes demonstrassem a exequibilidade de seus preços, em desacordo com a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 674/2020-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar, e o art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993, bem como os itens 8.2 e 8.3.1 do edital do certame;

1.7.1.2. proceda a anulação da homologação, com o consequente retorno à fase de aceitação/habilitação de propostas dos itens 1, 2, 12, 14, 21 e 23, tendo em vista a ocorrência de desclassificação de propostas por conta de descrição incompleta do objeto, sem terem sido promovidas as necessárias diligências, em afronta ao previsto no art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993 e à jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar, bem como ao item 8.5 e seus subitens, do edital do certame;

1.7.1.3. proceda o cancelamento dos itens 3, 17, 18 e 20, tendo em vista a ocorrência das irregularidades supramencionadas, mantendo válidas as contratações efetuadas;

1.7.1.4. proceda a apuração da responsabilidade dos agentes encarregados da condução do Pregão 19/2022 pelas irregularidades supramencionadas, mormente no que tange a um eventual dano ao erário resultante da aquisição dos itens 3, 17, 18 e 20.

1.7.2. Dar ciência ao 1º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificadas no Pregão SRP 19/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.7.2.1. a inserção de documentos de licitações no portal Comprasnet, em formato não editável, como, por exemplo, a imagem de documentos físicos, que não permitem a pesquisa de conteúdo nos arquivos, infringe, além do princípio da transparência, a regra estabelecida no art. 8º, § 3º, inciso III, da Lei 12.527/2011, bem como a jurisprudência do TCU (Acórdão 934/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Bruno Dantas e Acórdão 2.129/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Benjamin Zymler);

1.7.3. Informar o inteiro teor desta deliberação ao 1º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE, ao representante, e às empresas Meta Comercio de Ferragens de Ferramentas Eireli (CNPJ 27.518.373/0001-05), World Center Comercio Importação e Exportação Ltda (CNPJ 00.211.131/0001-18), D'Colar Etiquetas Adesivas Ltda (CNPJ 67.680.223/0001-18), Rizon Industria de Maquinas Ltda (CNPJ 67.680.223/0001-18), Fortclean Comercio De Equipamentos Eireli (CNPJ 36.327.075/0001-29), Silk Brindes Comunicação Visual, Comercio, Serviços e Telecomunicações Ltda (CNPJ 19.814.481/0001-05) e Tinpavi Industria e Comercio de Tintas Eireli (CNPJ 17.592.525/0001-66).

ACÓRDÃO Nº 132/2023 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), com pedido de medida cautelar, visando, inicialmente, à apuração de possível sobrepreço na aquisição de quatro diferentes testes rápidos para detecção da Covid-19, previstos no Pregão Eletrônico SRP 57/2020 (Licitações-e 851785) promovido pelo Município de Linhares/ES, entre outras ocorrências identificadas pelo Tribunal;

Considerando que, neste momento processual, analisa-se as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Michel Bertolo, em atendimento à audiência objeto do Ofício 48914/2022-TCU/Seprog, de 13/9/2022 (peça 242);

Considerando que a conclusão da Selog foi no sentido de, in verbis:

35. Foram identificados nestes autos os seguintes indícios de irregularidades:

a) falha na pesquisa de preços adotada pelo Município de Linhares para fins do Pregão Eletrônico SRP 57/2020 e sobrepreço apurados nos itens 1, 3 e 4 do referido certame registrados nas ARPs 40/2021 e 41/2020;

b) falha na pesquisa de preços adotada pelo Município de Linhares para fins de adesão à ARP 189/2020 do Município de Colatina-ES e sobrepreço na aquisição feita pelo mesmo ente com amparo na referida ARP;

c) conformidade dos valores pagos pelo Município de Colatina-ES nas aquisições fundadas na sua ARP 189/2020.

36. No que tange ao item “a” acima, a quinta instrução concluiu que, ante o encerramento da vigência das ARPs 40/2021 e 41/2020 sem que tivesse havido utilização desses instrumentos - quer pelo Município de Linhares-ES, quer por outro ente, via adesão -, não havia que se falar em dano, estando afastada a hipótese de aplicação de sanção, sem prejuízo, no entanto, de que fosse expedida ciência àquele ente municipal por ocasião da proposta de mérito.

37. O item “b”, primeira parte, ensejou a audiência do Sr. Saulo Rodrigues Meirelles, então Secretário de Saúde do Município de Linhares-ES, cujas razões de justificativas foram analisadas na sexta instrução deste processo, que propôs a sua aceitação.

38. Relativamente ao valor praticado na aquisição realizada pelo Município de Linhares-ES por meio da adesão à ARP 189/2020, citado no item “b”, segunda parte, do parágrafo 11 acima, a quinta instrução divergiu do entendimento manifestado nas instruções anteriores, e concluiu que não havia elementos que permitiam afirmar que a aquisição feita pelo Município de Linhares-ES estava fora dos parâmetros de mercado, uma vez que três das quatro referências de preços utilizadas não podiam ser utilizadas para fins de comparação.

39. O exame do item “c” resultou na realização de diligências ao Município de Colatina. A sexta instrução deste processo verificou que os preços das aquisições feitas em junho e julho de 2021 pelo ente municipal estavam acima tanto da média quanto da mediana do Painel de Preços, mas as demais, feitas posteriormente, ficaram abaixo dos referidos parâmetros, e, diante da volatilidade dos preços de mercado dos materiais empregados para enfrentamento da pandemia do Covid-19 ao longo dos anos de 2020 e 2021, concluiu que não há elementos que permitam afirmar que as aquisições feitas pelo Município de Colatina-ES estavam fora dos parâmetros de mercado.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea “a”, e art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 251 e 252), em conhecer da presente Representação e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e em determinar a adoção das providências descritas no subitem 1.8 desta deliberação, sem prejuízo de enviar cópia deste acórdão e da instrução técnica da Selog de peça 251 ao Srs. Saulo Rodrigues Meirelles e Michel Bertolo, bem como aos seus respectivos representantes legais:

1. Processo TC-015.154/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Saulo Rodrigues Meirelles (881.040.287-15).

1.2. Interessados: Diagmaster Científica Ltda. (09.322.796/0001-73); Fastmed Comércio Ltda. (04.779.188/0001-79); Michel Bertolo (094.630.317-74).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Colatina - ES; Município de Linhares - ES.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Nádia Lorenzoni (15419/OAB-ES), representando Prefeitura Municipal de Linhares - ES; Joel Nunes de Menezes Junior (11650/OAB-ES), representando Diagmaster Científica Ltda.; Luiz Henrique Abaurre Bastos da Silva (20336/OAB-ES), representando Fastmed Comercio Ltda.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Saulo Rodrigues Meirelles (CPF 881.040.287-15) em relação ao subitem 1.7.2. do Acórdão 1.290/2022-TCU-Plenário;

1.8.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Michel Bertolo (CPF 094.630.317-74) em relação à audiência feita por meio do Ofício 28388/2022-TCU/Seproc, de 10/6/2022;

1.8.3. excluir os Srs. Saulo Rodrigues Meirelles e Michel Bertolo da presente relação processual de responsáveis;

1.8.4. dar ciência ao Município de Linhares-ES, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 57/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.8.4.1. falhas na pesquisa de preços para estimar os preços referenciais do Pregão Eletrônico 57/2020, considerando que esse orçamento não se pautou pelos melhores preços disponíveis no mercado na época da licitação, em desacordo com o disposto no art. 4º-E, § 1º, inciso VI, da Lei 13.979/2020, vigente à época, bem como com a jurisprudência do TCU relativa às aquisições públicas destinadas ao enfrentamento da pandemia Covid-19, a exemplo do Acórdão 7.252/2020-TCU-2ª Câmara;

1.8.5. dar ciência ao Município de Colatina-ES, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas em aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços 189/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.8.5.1. aquisições feitas em 31/5/2021 (Processos 9775/2021 e 11.565/2021), 6/7/2021 (Processo 13082/2021), 16/8/2021 (Processo 16617/2021), 25/11/2021 (Processo 24765/2021) e 3/12/2021 (Processo 25509/2021) sem realização pesquisa de preços periódica para comprovação da vantagem da ata de registro de preços, em vista do disposto no inciso XI do art. 9º do Decreto 7.892/2013 c/c o item 5.1 da ARP 189/2020 e com o art. 4º, § 4º, da Medida Provisória 1.047/2021;

1.8.6. dar ciência desta deliberação ao Município de Linhares-ES e ao Município de Colatina-ES;

1.8.7. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 133/2023 - TCU - Plenário

Considerando que o Acórdão nº 2415/2022-TCU-Plenário, conheceu da denúncia e considerou prejudicada a continuidade de seu exame, em virtude do baixo risco, da baixa relevância e da baixa materialidade de seu objeto;

Considerando que a recorrente interpôs pedido de reexame contra o Acórdão nº 2415/2022-TCU-Plenário;

Considerando que a legitimidade do representante para ingressar com pedido de reexame encontra-se fundamentada nos arts. 146 e 282 do Regimento Interno;

Considerando que o representante não é considerado automaticamente parte processual, devendo, para obter essa condição, formular pedido de ingresso nos autos como interessado e comprovar razão legítima para intervir;

Considerando que o papel do representante, consiste em iniciar a ação fiscalizatória, competindo ao próprio Tribunal conduzir às apurações;

Considerando que a função primordial do TCU é o controle da legalidade dos atos da Administração Pública Federal, sendo indispensável que a legitimidade do particular para intervir no processo e a defesa de algum direito subjetivo próprio tenham por finalidade resguardar as leis administrativas e o interesse público;

Considerando que o interesse público foi resguardado por ocasião das ações de controle adotadas por este Tribunal;

Considerando que mero inconformismo com o entendimento adotado por esta Corte de Contas não enseja o conhecimento do recurso, ante a ausência de legitimidade e de interesse recursal;

Considerando que a representação não é o instrumento adequado para tutelar interesse individual;

Considerando que a Secretaria de Recursos propõe o não conhecimento do pedido de reexame:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I, 33, 48 da Lei nº 8.443/1992, e arts. 146, 282, 285, 286 do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do pedido de reexame interposto, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal, e dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor desta decisão.

1. Processo TC-020.814/2022-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: Identidade Preservada.

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Administração do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 134/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de representação apresentada pelo Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, com pedido de medida cautelar, a respeito de reportagem veiculada no jornal “Valor Econômico”, em 2/11/2022, noticiando que o Conselho de Administração (CA) da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras aprovaria, em reunião de 3/11/2022, nova distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2022, no montante de R\$ 50 bilhões, o que, segundo o representante, poderia acarretar “risco à sustentabilidade financeira e esvaziamento da disponibilidade em caixa da estatal”, além de infringir normas contidas na legislação aplicável (peças 1-2).

Considerando que, no despacho exarado à peça 62 dos autos, indeferi a medida cautelar pleiteada pelo representante, ante a ausência dos pressupostos da plausibilidade jurídica (*fumus boni iuris*) e do perigo da demora (*periculum in mora*) e por ter restado configurado o perigo da demora reverso, bem como autorizei as diligências propostas pela unidade especializada, após exame inicial acerca da matéria (peças 58-60);

Considerando que, após as medidas saneadoras procedidas, o exame de mérito realizado pela Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações - SecexEnergia concluiu que as distribuições dos dividendos referentes ao segundo e ao terceiro trimestres de 2022 observaram, no geral, os requisitos previstos, em especial na Lei 6.404/1976 e nos normativos internos da Petrobras, e que um potencial descumprimento do limite imposto pelo art. 204, §1º, da referida Lei 6.404/1976 está sendo investigado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, no âmbito de sua competência enquanto órgão regulador;

Considerando que a SecexEnergia apontou não terem sido encontradas evidências de comprometimento da sustentabilidade financeira da Petrobras, seja na análise contábil das demonstrações financeiras já divulgadas, seja nas projeções financeiras para o curto, médio e longo prazo, bem como demonstrou que as disponibilidades de caixa da estatal se mantiveram dentro dos parâmetros estabelecidos

em seu planejamento estratégico e que o investimento se encontra suportado essencialmente por suas próprias operações;

Considerando que não foi possível concluir, como alegado na exordial, que a política de remuneração aos acionistas e/ou as declarações de distribuição de dividendos do segundo e do terceiro trimestres de 2022 deixaram de ser feitas à luz do interesse público que justificou a criação daquela sociedade de economia mista, conforme estabelecido no art. 8º, inciso V, da Lei 13.303/2022;

Considerando que se encontra em curso neste Tribunal, no âmbito do TC 003.308/2022-7, auditoria sobre a gestão da dívida da Petrobras, na qual está sendo verificada, entre outros aspectos, o nível dos dividendos distribuídos pela companhia, inclusive em comparação com os pares da indústria;

Considerando a proposta de remessa de cópia desta deliberação à CVM, como sugerido no exame técnico, para que, a seu juízo, adote as providências que entender cabíveis relativamente às informações levantadas no âmbito deste processo;

Considerando a proposta de que a instrução inserta à peça 76 dos autos seja classificada como sigilosa, por transmitir parcialmente dados disponibilizados pela Petrobras e por ela classificados como confidenciais, nos termos dos arts. 6º, inciso III, 22 e 25, da Lei 12.527/2011, e de que seja autorizada diligência para que a estatal indique quais parágrafos, palavras, números, trechos e/ou ilustrações do documento devem ser considerados sigilosos e quais podem ser divulgados ao público, com a finalidade de dar a máxima transparência à atuação do TCU;

Considerando, por fim, que, estando os autos em meu gabinete, o Sr. Guilherme de Oliveira Estrela formulou pedido de ingresso como terceiro interessado no processo (peça 86), o qual, reiterando argumentos já devidamente enfrentados pela unidade especializada, não logrou demonstrar razão legítima para intervir nos presentes autos, apta a ensejar o deferimento do pedido;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, ante as razões expostas pelo Relator e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peças 76-77), em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 235, caput, e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido do Sr. Guilherme de Oliveira Estrela de ingresso como terceiro interessado nos autos e encerrar o presente processo, após a realização das notificações que se fizerem necessárias, tendo em vista o art. 169, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, sem prejuízo da adoção das medidas constantes do item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-028.632/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: 028.674/2022-7 (DENÚNCIA)

1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A..

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Petróleo, Gás Natural e Mineração (AudPetróleo).

1.6. Representação legal: Alex Azevedo Messeder (119233/OAB-RJ), Rafael Zimmermann Santana (154.238/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A..

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. classificar a instrução constante à peça 76 como sigilosa;

1.7.2. encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução à peça 76, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, alertando-lhe quanto à necessidade de manutenção do sigilo das informações, para servir como subsídio à apuração interna iniciada na autarquia e para que adote eventuais providências que entender cabíveis;

1.7.3. autorizar a unidade técnica que diligencie à Petrobras para que a companhia indique quais parágrafos, palavras, números, trechos e/ou ilustrações da instrução constante à peça 76 devem ser considerados sigilosos e quais podem ser divulgados ao público, com a finalidade de que seja possível dar transparência a uma versão tarjada com o resultado da atuação do TCU.

ACÓRDÃO Nº 135/2023 - TCU - Plenário

Considerando se tratar de solicitação de acesso à peça 205 do TC 021.408/2019-0, da relatoria do Ministro Vital do Rêgo e com Pedido de Reexame sob a minha relatoria, formulado pelo advogado do denunciante naquele processo;

Considerando que o TC 021.408/2019-0 trata de denúncia acerca da ausência de Análise de Impacto Regulatório (AIR) no processo de revisão da Resolução 2.389/2012 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que resultou na edição da Resolução 34/2019, posteriormente revogada pela Resolução 72/2022;

Considerando que o Plenário do TCU, por meio do Acórdão 1.448/2022, considerou parcialmente procedentes as denúncias veiculadas no TC 021.408/2019-0 e indeferiu o pedido de ingresso como interessado ou como amicus curiae do denunciante dos processos apensados (TC 012.249/2019-0 e TC 015.453/2020-0), sem prejuízo de lhe franquear vista e cópia dos autos, à exceção das peças sigilosas;

Considerando que o papel do denunciante consiste em iniciar a ação fiscalizatória, quando, então, o próprio Tribunal toma o curso das apurações;

Considerando que o representante, tal como o denunciante, embora de flagrador da fiscalização, não é considerado automaticamente parte no processo;

Considerando que a jurisprudência pacífica deste Tribunal é no sentido de que:

“O deferimento do pedido de ingresso nos autos do representante ou denunciante, na qualidade de interessado, somente deve ocorrer de forma excepcional quando comprovada sua razão legítima para intervir no processo, bem como evidenciada a possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio em decorrência da deliberação a ser adotada (...)” (v.g.: Acórdão 1.992/2021-Plenário, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz);

Considerando o previsto expressamente no caput do art. 163 do Regimento Interno do TCU no sentido de que “as partes poderão pedir vista ou cópia de peça do processo, mediante solicitação dirigida ao relator, segundo os procedimentos previstos neste capítulo” (grifei);

Considerando o posicionamento da unidade técnica no sentido de indeferir o pedido de acesso formulado nos presentes autos, tendo em vista a peça requerida se encontrar com chancela de sigilo de origem externa, para preservação da identidade de denunciante;

Considerando, enfim, que o solicitante é representante legal do denunciante no âmbito do TC 021.408/2019-0, de maneira que deve ser preservada a sua identidade, em conformidade com o art. 55, caput, da Lei 8.443/1992;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “a”, e 163, do Regimento Interno do TCU, c/c arts. 91 a 94 da Resolução TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em indeferir a solicitação de acesso à peça 205 do TC 021.408/2019-0 requerida pelo solicitante, sem prejuízo da adoção das providências fixadas pelo item 1.6 deste Acórdão:

1. Processo TC-028.602/2022-6 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia).

1.6. Providências:

1.6.1. atribuir a chancela de sigilo, como reservado, sobre o presente Acórdão e sobre o parecer da unidade técnica, buscando assegurar, especialmente, o sigilo da autoria na denúncia;

1.6.2. promover o apensamento do presente processo ao TC 021.408/2019-0, mantendo a salvaguarda do sigilo sobre as peças processuais gravadas com essa chancela; e

1.6.3. enviar cópia do presente Acórdão ao solicitante.

ACÓRDÃO Nº 136/2023 - TCU - Plenário

Tratam os autos de requerimento acostado às peças 3/4, no qual os procuradores de colaboradora em processo de negociação de acordo de leniência em curso na CGU, requer: i) acesso aos autos do procedimento - Processo TC 029.221/2022-6 (peça 3); e ii) “a juntada do anexo instrumento de mandato, para fins de habilitação no presente expediente, bem como solicitar, se possível, o agendamento de despacho com Exmo. Min. Relator para tratativas sobre o objeto do expediente administrativo, referente à negociação do Acordo de Leniência da Peticionária com a Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União” (objeto do Processo TC 029.221/2022-6) (peça 4, p. 1).

Considerando que a solicitante não é parte ou interessada no processo por ela relacionado (TC 029.221/2022-6), motivo pelo qual o pleito em tela deve ser analisado como solicitação de acesso a informações para esclarecimento de interesse particular, nos termos do que estabelecem os arts. 59, inciso V, e 94 da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando que a requerente é a própria empresa colaboradora no processo de negociação do acordo de leniência em curso na CGU, resta caracterizada razão legítima para a habilitação da mesma como interessada nos autos do processo TC 029.221/2022-6 (registro que alguns parágrafos da instrução da unidade técnica informam número errado do processo, ou seja, consta TC 014.132/2022-2 onde deveria constar TC 029.221/2022-6);

Considerando que a requerente satisfaz as condições de habilitação como interessada, à luz dos arts. 146 do Regimento Interno do TCU, e 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36, de 30/8/1995, com a redação dada pela Resolução-TCU 213 de 6/8/2008;

Considerando que o processo objeto do requerimento de acesso (TC 029.221/2022-6) tem caráter sigiloso, conforme preconizado no §6º do art. 16 da Lei 12.846/2012, c/c o art. 12-A e 13, §4º, da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando a proibição imposta pelo art. 16, §6º, da Lei 12.846/2013, que, em suma, estabelece que a proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, de forma que as relações processuais, na fase que antecede a celebração do acordo ficarão adstritas apenas ao Tribunal de Contas da União, como órgão de controle externo da Administração Pública Federal, e ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, como órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal;

Considerando que o acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo, sujeitando-se às penalidades previstas na lei no caso de divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal, consoante o previsto nos arts. 25, §§ 1º e 2º, e 32, inciso IV, da Lei 12.527/2011;

Considerando que, à princípio, não existe impedimento ao deferimento de solicitação de audiência com o Ministro Relator, sendo necessário o contato telefônico com o próprio Gabinete para sua programação;

Considerando, por fim, que os pronunciamentos convergentes lançados às peças 5 e 6 pela Secretaria de Controle Externo de Administração do Estado (SecexAdministração) foram no sentido de: i) conhecer a presente solicitação; ii) deferir o pedido de habilitação como terceiro interessado nos autos do processo TC 029.221/2022-6, concedendo acesso aos autos do referido processo à solicitante; iii) alertar à requerente de que, nos termos dos arts. 25, §§ 1º e 2º, e 32, inciso IV, da Lei 12.527/2011, o acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo, sujeitando-se às penalidades prevista na lei no caso de divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal; e iv) encaminhar à solicitante cópia da decisão que vier a ser proferida;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 146 do Regimento Interno do TCU, art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995, com a redação dada pela Resolução-TCU 213 de 6/8/2008, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 5 e 6), em:

- a) conhecer da presente solicitação;

b) deferir o pedido de habilitação como terceiro interessado nos autos do processo TC 029.221/2022-6 e, conseqüentemente, conceder à solicitante o acesso aos autos do referido processo;

c) alertar à requerente de que, consoante o previsto nos 25, §§1º e 2º, e 32, inciso IV, da Lei 12.527/2011, o acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo, sujeitando-se às penalidades prevista na lei no caso de divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal; e

d) encaminhar à solicitante cópia da presente deliberação.

1. Processo TC-031.286/2022-4 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 137/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de revisão interposto pela Prefeitura Municipal de Lagoa/PB em face do Acórdão 7.635/2021-TCU-2ª Câmara (peça 41), por meio do qual esta Corte de Contas julgou irregulares as suas contas, imputando-lhe débito.

Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei 8.443/1992, quais sejam, erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida, e superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que a recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando, in casu, que os documentos trazidos aos autos não possuem o condão de produzir eficácia sobre a irregularidade que ocasionou a condenação imposta pelo Tribunal, uma vez que representam fatos já conhecidos e analisados, dos quais decorreram a irregularidade imputada ao recorrente;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, uma vez que entendimento diverso descaracterizaria a natureza excepcional e revisional do recurso de revisão;

Considerando que a ocorrência da prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento nos processos do Tribunal de Contas da União é regulamentada pela Resolução-TCU 344/2022;

Considerando que, nos termos do art. 4º, inciso III, do referido normativo, a contagem do prazo prescricional se iniciou em 27/5/2003, data da prestação de contas ao órgão concedente;

Considerando que houve paralisação por mais de três anos na fase interna da TCE, entre 1º/10/2004 e 31/7/2009 (itens 2 e 3 da instrução de peça 94), restando, assim, configurada a prescrição intercorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso III, 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso IV, e 288 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do recurso de revisão interposto pela Prefeitura Municipal de Lagoa/PB, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no Regimento Interno do TCU;

b) de ofício, tornar sem efeito o Acórdão 7.365/2021-TCU-2ª Câmara e arquivar o processo, por ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular, ante a ocorrência da prescrição da pretensão reparatória do TCU;

c) dar ciência desta decisão ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-031.690/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Francisco da Costa Vieira (025.574.954-68); Prefeitura Municipal de Lagoa - PB (09.151.796/0001-58).

- 1.2. Recorrente: Prefeitura Municipal de Lagoa/PB (09.151.796/0001-58).
- 1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Lagoa/PB.
- 1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
- 1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
- 1.7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
- 1.8. Representação legal: Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB/PB 14.233).
- 1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 138/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso I, alínea “p”, 143, inciso III, e 234 a 236 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

- a) não conhecer a presente documentação como denúncia, uma vez que estão ausentes os requisitos de admissibilidade;
- b) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica e das peças 3 a 9 do processo, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), para que adote as providências que entender necessárias;
- c) levantar o sigilo que recai sobre estes autos, com fundamento no art. 55 da Lei 8.443/1992, à exceção das peças que contiverem informações pessoais que permitam a identificação do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;
- d) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao denunciante; e
- e) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-019.531/2022-2 (DENÚNCIA)

- 1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
- 1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
- 1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Mata de São João - BA.
- 1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
- 1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).
- 1.7. Representação legal: não há.
- 1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 139/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 2.768/2018-TCU-Plenário, com os ajustes do Acórdão 978/2019-TCU-Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

- a) considerar cumpridas as determinações contidas no subitem 9.1.4 e no item 9.2;
- b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e à Controladoria-Geral da União; e
- c) apensar o presente processo ao TC 019.735/2017-0, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-018.938/2020-5 (MONITORAMENTO)

- 1.1. Responsável: Floriano Peixoto Vieira Neto (180.902.306-87).
- 1.2. Interessada: Secretaria de Governo da Presidência da República.

1.3. Órgão/Entidade: Controladoria-Geral da União; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 140/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 2.427/2022-TCU-Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do item 1.6;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria Nacional de Segurança Pública; e

c) apensar o presente processo ao TC 016.010/2022-1, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-028.799/2022-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão: Secretaria Nacional de Segurança Pública.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 141/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, incisos III e VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação e da representação formulada no âmbito do TC 020.510/2022-5, por preencherem os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-las improcedentes;

b) indeferir os pedidos de concessão de medida cautelar formulados pelos representantes, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção;

c) deixar de expedir recomendações à Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (que sucedeu, nos termos do Decreto 11.345, de 1/1/2023, a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia), e ao Serviço Federal de Processamento de Dados, nos termos constantes dos itens 121.3 e 121.4 da instrução de peça 52;

d) ratificar a chancela de sigilo estratégico, comercial e industrial aposta pelos gestores às peças 28 a 39, conforme as motivações expostas e com base no art. 22 da Lei 12.527/2011 e no art. 86, § 4º, da Lei 13.303/2016, e às peças 17 e 21, por conterem instruções de acesso às informações precitadas, sem prejuízo de também atribuir a chancela de sigilo às peças 19, 20, 23 e 24, considerando que o teor dos documentos contempla informações sobre protocolos e arquiteturas de rede que, caso expostas, poderiam representar riscos à segurança dos sistemas em questão;

e) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Serviço Federal de Processamento de Dados, à Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, e às autoridades representantes, inclusive os subscritores da peça 1 do TC 020.510/2022-5; e

f) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-019.801/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
- 1.1. Apensos: 020.510/2022-5 (REPRESENTAÇÃO).
- 1.2. Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados.
- 1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
- 1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 142/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

- a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
- b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão;
- c) dar ciência à Câmara dos Deputados, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre a seguinte falha, identificada no Pregão Eletrônico 82/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
 - c.1) aceitar a majoração de preços unitários após a fase de lances em um pregão contraria a jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 1.872/2018-TCU-Plenário e 8.060/2020-TCU-2ª Câmara;
- d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Câmara dos Deputados, à empresa Teletex Computadores e Sistemas Ltda. e à representante;
- e) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-021.204/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)

- 1.1. Interessados: Secretaria de Controle Interno/Câmara dos Deputados; Teletex Computadores e Sistemas Ltda (79.345.583/0011-14).
- 1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.
- 1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
- 1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 143/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

- a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;
- b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS), ao Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A (Lafepe), ao Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos (Nuplam) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e à representante; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-021.871/2021-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Ministério da Saúde.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

1.5. Representação legal: Aldem Johnston Barbosa Araújo (OAB/PE 21.656) e outros.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 144/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de pedidos de reexame interpostos por Maria Jocelia Souza Muritiba, Elias Fernando Lucas, Sheyla Maria Marques da Silva e Noel Rodrigues Lima contra o Acórdão 1.614/2019-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas conheceu da representação, considerou-a procedente e fez determinação à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia - SGP, na qualidade de gestora do Sistema Integrado de Administração de Pessoal - Siape (peça 17).

Considerando que a determinação constante do item 9.2 do acórdão recorrido teve como fundamento as disposições contidas no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, bem como o que prescreve o art. 45 da Lei 8.443/1992;

Considerando que o Tribunal de Contas da União exerceu a chamada jurisdição objetiva, ou seja, a relação processual estabeleceu-se apenas entre a Corte de Contas e o Ministério da Economia, tendo-se limitado o órgão de controle externo, no exercício de sua missão constitucional, a expedir ao órgão ministerial comando de natureza mandamental, sem efeito desconstitutivo;

Considerando que, se a natureza da decisão do Tribunal não é, em si mesma, desconstitutiva, não há que reconhecer, aos ora recorrentes, sucumbência no presente processo;

Considerando que, se não há sucumbência, não há interesse em intervir e, conseqüentemente, não há legitimidade recursal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48 da Lei 8443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, e 282 do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Maria Jocelia Souza Muritiba, Elias Fernando Lucas, Sheyla Maria Marques da Silva e Noel Rodrigues Lima, ante a ausência de legitimidade recursal; e

b) dar ciência da presente deliberação aos recorrentes e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-030.187/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 004.921/2016-0 (REPRESENTAÇÃO); 016.050/2022-3 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); 011.767/2022-7 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); 013.124/2022-6 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); 013.122/2022-3 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); 040.624/2020-0 (MONITORAMENTO); 014.174/2022-7 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO)

1.2. Recorrentes: Maria Jocelia Souza Muritiba (117.574.345-34); Elias Fernando Lucas (465.939.007-10); Sheyla Maria Marques da Silva (329.156.245-34); Noel Rodrigues Lima (068.236.291-34).

1.3. Interessados: Aroldo Souza Andrade (116.021.475-15); Carlos Alberto Lopes (123.421.304-49); Domingos Nascimento Silva (350.763.565-87); Jose Vieira Leal Filho (176.200.155-15); Marcelino Ferreira de Azevedo Filho (143.081.262-15); Milton Evangelista Dourado (247.962.711-04); Rubens Pereira Garcia (055.352.392-91).

1.4. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).

1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

1.8. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

1.9. Representação legal: Jose Carlos Ribeiro dos Santos (OAB/BA 19.557).

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 145/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de petição (peças 220-223 e 238) em que o requerente argumenta a ocorrência da prescrição punitiva quinquenal em relação à declaração de idoneidade profêrida por meio do Acórdão 804/2017-TCU-Plenário.

Considerando que a ocorrência da prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento nos processos do Tribunal de Contas da União é regulamentada pela Resolução-TCU 344/2022;

Considerando que, nos termos do art. 4º, inciso III, do referido normativo, a contagem do prazo prescricional se iniciou em 19/6/2006, data da protocolização da primeira representação;

Considerando que a prescrição foi interrompida por diversas causas interruptivas elencadas no art. 5º da citada resolução, conforme relacionado na instrução de peça 272;

Considerando, por fim, a não ocorrência da prescrição, pois não houve extrapolação nem do prazo quinquenal previsto no art. 2º da citada resolução, nem do prazo trienal, da prescrição intercorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) recepcionar o expediente como mera petição, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da Resolução-TCU 259/2014; e

b) indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição punitiva da declaração de idoneidade da empresa Ceema Construções e Meio Ambiente Ltda. estabelecida no item 9.3 do Acórdão 804/2017-TCU-Plenário, de acordo com os parâmetros estabelecidos na Resolução-TCU 344/2022.

1. Processo TC-035.118/2011-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Ceema Construções e Meio Ambiente Ltda (00.610.079/0001-72); Ebisa Engenharia Brasileira, Indústria e Saneamento Ltda (15.137.680/0001-67); Jotage Engenharia Comércio e Incorporações Ltda (14.828.958/0001-80).

1.2. Recorrente: Ceema Construções e Meio Ambiente Ltda (00.610.079/0001-72).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4.1. Ministro que declarou impedimento nos autos: Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

1.7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

1.8. Representação legal: João Felipe Cunha Pereira (OAB/DF 43.283) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 146/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40, inciso I, da Resolução/TCU 259/2014, e, considerando o cumprimento da determinação constante do subitem 9.3 do Acórdão 1.849/2011 - Plenário, em juntar cópia das peças 197-203 do presente processo ao TC-042.557/2021-6 (Tomada de Contas Especial) e em apensar estes autos, em definitivo, ao feito acima mencionado, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-032.007/2011-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Responsáveis: Alya Construtora S/A. (33.412.792/0001-60); Iesa Oleo&Gas S/A (07.248.576/0001-11); José Carlos Cosenza (222.066.200-49); José Sérgio Gabrielli de Azevedo

(042.750.395-72); Marco Antonio Barros (702.729.217-34); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15); Queiroz Galvão S/A. (02.538.798/0001-55); Renato de Souza Duque (510.515.167-49).

1.3. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S/A.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4.1. Ministros que se declararam impedidos nos autos: Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

1.7. Representação legal: Hélio Siqueira Júnior (62929/OAB-RJ), Leonardo Chevrant de Miranda e Silva (103506/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S/A.; Luis Gustavo Rodrigues Flores (27.865/OAB-PR), Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto (16.950/OAB-PR) e outros, representando Pedro José Barusco Filho; José Roberto Manesco (61471/OAB-SP), Lucas Cherem de Camargo Rodrigues (182496/OAB-SP) e outros, representando Alya Construtora S/A.; Márcio Monteiro Reis (93.815/OAB-RJ), Camila Medim Abreu Franca (262.585/OAB-SP) e outros, representando José Carlos Cosenza; Márcio Monteiro Reis (93.815/OAB-RJ), Camila Medim Abreu Franca (262.585/OAB-SP) e outros, representando Marco Antonio Barros; José Roberto Manesco (61.471/OAB-SP), Lucas Cherem de Camargo Rodrigues (182.496/OAB-SP) e outros, representando Queiroz Galvão S/A.; Fernanda Ferreira Cortes (160.980/OAB-RJ), representando Iesa Oleo&Gas S/A.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 147/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. George Lauro Ribeiro de Brito, ante o recolhimento da multa que lhe foi aplicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.623/2016-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: TC-033.633/2016-9 (Monitoramento); TC-033.636/2016-8 (Monitoramento); TC-036.654/2019-1 (Cobrança Executiva); TC-033.634/2016-5 (Monitoramento); TC-036.683/2019-1 (Cobrança Executiva); TC-032.751/2017-6 (Consulta); TC-001.212/2017-6 (Solicitação)

1.2. Responsáveis: Adão Francisco de Oliveira (624.464.011-04); Flavilene Maria Bueno Coelho (568.603.660-87); George Lauro Ribeiro de Brito (570.076.751-15); Paulo Henrique Ferreira Massuia (054.243.758-98).

1.3. Órgão/Entidade: Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.7. Representação legal: Joao Felix Goncalves Barbosa (8879/OAB-TO) e Thiago Perez Rodrigues da Silva (4257/OAB-TO), representando Paulo Henrique Ferreira Massuia.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.4, do Acórdão 629/2018, proferido pelo Plenário, em Sessão de 21/03/2018, conforme Ata 9/2018.

Data de origem da multa: 21/3/2018 Valor original da multa: R\$ 10.000,00

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:

01/07/2019 R\$ 277,78

05/08/2019 R\$ 279,17

02/09/2019 R\$ 280,56

02/10/2019 R\$ 281,97

05/11/2019 R\$ 283,38
04/12/2019 R\$ 284,80
03/01/2020 R\$ 299,04
03/02/2020 R\$ 314,00
30/03/2020 R\$ 315,57
30/04/2020 R\$ 317,50
01/06/2020 R\$ 300,56
29/06/2020 R\$ 301,16
31/07/2020 R\$ 301,76
31/08/2020 R\$ 279,17
30/09/2020 R\$ 302,60
03/11/2020 R\$ 303,20
30/11/2020 R\$ 303,81
05/01/2021 R\$ 304,42
26/02/2021 R\$ 305,94
31/03/2021 R\$ 307,47
26/04/2021 R\$ 323,13
25/05/2021 R\$ 324,13
23/06/2021 R\$ 327,00
27/07/2021 R\$ 330,00
24/08/2021 R\$ 333,00
15/09/2021 R\$ 336,00
18/10/2021 R\$ 340,00
16/11/2021 R\$ 345,00
08/12/2021 R\$ 345,00
03/01/2022 R\$ 345,00
10/02/2022 R\$ 350,00
22/03/2022 R\$ 353,00
11/04/2022 R\$ 359,00
05/05/2022 R\$ 359,00
06/06/2022 R\$ 365,00
04/07/2022 R\$ 366,68

ACÓRDÃO Nº 148/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, c/c o art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e encaminhar cópia desta deliberação à Caixa Econômica Federal e ao representante, sem prejuízo de dar ciência à Caixa Econômica Federal das seguintes falhas e fazer a seguinte comunicação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-028.831/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
- 1.1. Representante: Griaule Ltda. (05.248.770/0001-7).
- 1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - CN Contratações - Cecot/BR.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
- 1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
- 1.6. Representação legal: André de Sá Braga (11657/OAB-DF), representando Griaule Biometrics Ltda.

1.7. Ciência/Comunicação:

1.7.1. dar ciência à Caixa Econômica Federal - CN Contratações - Cecot/BR sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 199/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.7.1.1. falhas textuais no edital, a exemplo dos seus itens 6.4.1, 7.12 e 6.5.5.2, que preveem, respectivamente, o envio pelas licitantes de planilha de composição de preços e o exame pela Caixa da aceitabilidade dos preços global e unitários propostos, não tendo-se exigido efetivamente planilha de custos das licitantes e sendo o preço global o critério de aceitabilidade e de julgamento das propostas, contrariando os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, previstos no art. 31, caput, da Lei 13.303/2016;

1.7.2. comunicar ao Conselho Federal de Contabilidade sobre diferentes valores informados de capital social da sociedade empresária T4ISB Tecnologia e Participações Ltda. (31.122.819/0001-55) constantes de diferentes documentos jurídicos e contábeis, como na 3ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 8/10/2020 (capital social de R\$ 937.756,00 - peça 4), no Balanço Patrimonial de 2021, no sistema Sped (R\$ 1.000,00 - peça 26) e na Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante - ACF (R\$ 1.000,00 - peça 20), para providências que julgar cabíveis.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 5 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 8 de fevereiro de 2023.

Ministro BRUNO DANTAS
Presidente

ANEXO I DA ATA Nº 3, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023
(Sessão Ordinária do Plenário)

QUESTÃO DE ORDEM 1/2023

COMUNICAÇÕES

Comunicações proferidas pela Presidência.
Comunicação proferida pelo Ministro Vital do Rêgo.

ANEXO II DA ATA Nº 3, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023
(Sessão Ordinária do Plenário)

ACÓRDÃOS PROFERIDOS DE FORMA UNITÁRIA

Relatórios, Propostas de Deliberação e Votos emitidos pelo respectivo relator, bem como os Acórdãos de nºs 103 a 117, aprovados pelo Plenário.